

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	10
DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	11
Demonstração do Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	17
Demonstração do Fluxo de Caixa	18

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	19
DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	20
Demonstração do Valor Adicionado	21

Comentário do Desempenho	22
Notas Explicativas	33

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	76
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	77
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	78
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	80
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	81

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.716.815.061
Preferenciais	0
Total	2.716.815.061
Em Tesouraria	
Ordinárias	2.439.560
Preferenciais	0
Total	2.439.560

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	13/12/2017	Juros sobre Capital Próprio	29/03/2018	Ordinária		0,11724
Reunião do Conselho de Administração	01/02/2018	Dividendo	29/03/2018	Ordinária		0,39007

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	80.442.090	89.378.968
1.01	Ativo Circulante	67.125.117	76.227.428
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.672.487	3.909.521
1.01.02	Aplicações Financeiras	6.946.310	7.278.201
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	6.946.310	7.278.201
1.01.02.01.03	Fundo de investimento em direitos creditórios	6.946.310	7.278.201
1.01.03	Contas a Receber	58.286.553	65.000.241
1.01.03.01	Clientes	58.151.305	64.942.324
1.01.03.01.01	Contas a Receber Operacionais	58.151.305	64.942.324
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	135.248	57.917
1.01.03.02.01	Contas a Receber com Partes Relacionadas	19.637	8.410
1.01.03.02.03	Outros Valores a Receber	66.330	17.521
1.01.03.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	49.281	31.986
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	219.767	39.465
1.01.08.03	Outros	219.767	39.465
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	219.767	39.465
1.02	Ativo Não Circulante	13.316.973	13.151.540
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.433.746	2.518.717
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	25.114	19.540
1.02.01.07	Tributos Diferidos	792.207	889.105
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	792.207	889.105
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	1.616.425	1.610.072
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	1.616.425	1.610.072
1.02.02	Investimentos	10.033.621	9.785.526
1.02.03	Imobilizado	454.265	463.595
1.02.04	Intangível	395.341	383.702

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	80.442.090	89.378.968
2.01	Passivo Circulante	61.471.913	70.834.904
2.01.02	Fornecedores	59.331.425	67.306.733
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	59.331.425	67.306.733
2.01.02.01.01	Contas a Pagar a Clientes	50.039.724	57.377.277
2.01.02.01.03	Fornecedores	491.188	635.404
2.01.02.01.04	Contas a Pagar com Partes Relacionadas	8.800.513	9.294.052
2.01.03	Obrigações Fiscais	143.001	187.760
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.332.025	2.827.084
2.01.05	Outras Obrigações	665.462	513.327
2.01.05.02	Outros	665.462	513.327
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	482.398	270.470
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	183.064	242.857
2.02	Passivo Não Circulante	7.026.163	6.842.712
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.267.323	5.084.140
2.02.02	Outras Obrigações	33.231	33.587
2.02.04	Provisões	1.725.609	1.724.985
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.725.609	1.724.985
2.02.04.01.05	Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	1.725.609	1.724.985
2.03	Patrimônio Líquido	11.944.014	11.701.352
2.03.01	Capital Social Realizado	5.700.000	4.700.000
2.03.02	Reservas de Capital	-62.155	-69.962
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-51.512	-53.925
2.03.02.07	Reserva de Capital	71.641	66.247
2.03.02.08	Transações de capital entre sócios	-82.284	-82.284
2.03.04	Reservas de Lucros	6.299.001	7.062.500
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	7.168	8.814

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.620.704	3.251.814	1.649.905	3.344.346
3.01.01	Receita Operacional	1.804.749	3.657.165	1.835.590	3.719.784
3.01.02	Impostos sobre Serviços	-184.045	-405.351	-185.685	-375.438
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-633.445	-1.248.110	-534.590	-1.089.271
3.03	Resultado Bruto	987.259	2.003.704	1.115.315	2.255.075
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-192.605	-239.013	-169.316	-318.175
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-246.440	-422.090	-217.771	-420.256
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-90.971	-177.504	-109.255	-196.481
3.04.02.02	Despesas com Pessoal	-65.922	-126.984	-65.903	-146.059
3.04.02.04	Vendas e Marketing	-89.547	-117.602	-42.613	-77.716
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-55.781	-107.667	-57.915	-100.012
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	109.616	290.744	106.370	202.093
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	794.654	1.764.691	945.999	1.936.900
3.06	Resultado Financeiro	305.637	679.438	414.074	791.878
3.06.01	Receitas Financeiras	412.637	914.396	628.046	1.318.929
3.06.01.01	Receitas Financeiras	25.575	83.992	51.713	124.136
3.06.01.02	Resultado com aquisição de recebíveis e FIDC	387.062	830.404	573.440	1.192.019
3.06.01.03	Variação cambial, Líquida	0	0	2.893	2.774
3.06.02	Despesas Financeiras	-107.000	-234.958	-213.972	-527.051
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-99.687	-225.912	-213.972	-527.051
3.06.02.02	Variação cambial, Líquida	-7.313	-9.046	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.100.291	2.444.129	1.360.073	2.728.778
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-282.782	-619.570	-365.819	-732.760
3.08.01	Corrente	-191.362	-522.672	-289.813	-707.248
3.08.02	Diferido	-91.420	-96.898	-76.006	-25.512
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	817.509	1.824.559	994.254	1.996.018
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	817.509	1.824.559	994.254	1.996.018
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,30118	0,67219	0,36651	0,73580
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,30093	0,67164	0,36602	0,73481

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	817.509	1.824.559	994.254	1.996.018
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-3.388	-1.646	-1.432	-1.284
4.02.01	Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	161.639	168.282	41.934	13.947
4.02.02	"Resultado com Instrumentos de ""Hedge"" de Investimentos no Exterior, Líq dos Efeitos Tributários"	-165.027	-169.928	-43.366	-15.231
4.03	Resultado Abrangente do Período	814.121	1.822.913	992.822	1.994.734

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-361.785	2.296.837
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.074.083	2.120.758
6.01.01.01	Lucro antes da IR e da CS	2.444.129	2.728.778
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	189.965	215.043
6.01.01.03	Constituição (Reversão) de Provisão para Perda c/ Imob	-1.559	-10.551
6.01.01.04	Custo Residual de Imobilizado e Intangível Baixados	3.406	8.951
6.01.01.05	Opções de Ações Outorgadas	11.592	14.363
6.01.01.09	Perdas com créditos incobráveis e fraude	106.378	86.136
6.01.01.10	Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	9.731	91.017
6.01.01.13	Resultado com Instrumentos Financeiros	-180.302	-37.665
6.01.01.14	Equivalência Patrimonial	-290.744	-202.093
6.01.01.15	Juros sobre empréstimos e financiamentos	220.637	430.983
6.01.01.16	Rendimento de participação no FIDC	-870.871	-1.195.876
6.01.01.17	Variação cambial sobre juros de empréstimos e financiamentos captados no exterior	431.721	-8.328
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.449.374	1.286.139
6.01.02.01	Contas a Receber Operacionais	6.684.641	-49.491.239
6.01.02.02	Contas a Receber com Partes Relacionadas	-11.227	-24.227
6.01.02.03	Impostos Antecipados e a Recuperar	96.898	0
6.01.02.04	Outros Valores a Receber (Circulante/ Não Circulante)	-54.383	61.462
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	-6.353	-79.861
6.01.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	-17.295	-27.863
6.01.02.07	Contas a Pagar a Estabelecimentos	-7.337.553	51.167.998
6.01.02.08	Fornecedores	-144.216	-161.934
6.01.02.09	Impostos e Contribuições a Recolher	-103.540	-105.198
6.01.02.10	Contas a Pagar com Partes Relacionadas	-493.539	12.102
6.01.02.11	Outras Obrigações (Circulante/ Não Circulante)	-53.700	-58.147
6.01.02.13	Pagamento de Processos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	-9.107	-6.954
6.01.03	Outros	-986.494	-1.110.060
6.01.03.02	Juros Pagos	-258.256	-258.617
6.01.03.03	IR e CS Pagos	-728.238	-851.443
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.211.499	1.009.003
6.02.01	"Aumento de Capital em Controladas, ""Joint Ventures"" e Coligada"	-55.000	0
6.02.03	Resgate de cotas do FIDC	1.202.763	7.138.959
6.02.05	Adições ao Imobilizado e Intangível	-195.680	-136.482
6.02.06	Aquisição de cotas de FIDC	0	-6.243.084
6.02.07	Dividendos Recebidos de Controladas	259.416	249.610
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-3.086.748	-3.352.749
6.03.01	Aquisição de Ações em Tesouraria	-11.632	0
6.03.02	Venda de Ações em Tesouraria pelo Exercício de Ações e Opções de Ações	7.847	6.406
6.03.03	Captação de Empréstimos	0	100.453
6.03.04	Pagamento de Principal de Empréstimos, liq de derivativos	-1.705.978	-2.823.253
6.03.06	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-1.376.985	-636.355
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-2.237.034	-46.909

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.909.521	933.048
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.672.487	886.139

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.700.000	-69.962	7.062.500	0	8.814	11.701.352
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.700.000	-69.962	7.062.500	0	8.814	11.701.352
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.000.000	7.807	-2.588.058	0	0	-1.580.251
5.04.01	Aumentos de Capital	1.000.000	0	-1.000.000	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-216.773	0	0	-216.773
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-312.500	0	0	-312.500
5.04.08	Aquisições de Ações em Tesouraria	0	-11.758	0	0	0	-11.758
5.04.09	Opções de Ações e Ações Outorgadas	0	11.592	0	0	0	11.592
5.04.10	Venda de Ações em Tesouraria pelo Exercício de Ações e Opções de Ações	0	7.973	0	0	0	7.973
5.04.11	Dividendos Pagos adicionais aos Mínimos Obrigatórios de 2017	0	0	-1.058.785	0	0	-1.058.785
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	1.824.559	0	-1.646	1.822.913
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	1.824.559	0	0	1.824.559
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.646	-1.646
5.05.02.06	Variação Cambial sobre Investimento Líquido no Exterior	0	0	0	0	168.282	168.282
5.05.02.07	"Resultado com Instrumentos de ""Hedge"" de Investimentos no Exterior, Liq dos Efeitos Tributários"	0	0	0	0	-169.928	-169.928
5.07	Saldos Finais	5.700.000	-62.155	6.299.001	0	7.168	11.944.014

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.500.000	-119.562	5.851.974	0	10.989	9.243.401
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.500.000	-119.562	5.851.974	0	10.989	9.243.401
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.200.000	20.769	-1.785.677	0	0	-564.908
5.04.01	Aumentos de Capital	1.200.000	0	-1.200.000	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-260.377	0	0	-260.377
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-325.300	0	0	-325.300
5.04.09	Opções de Ações e Ações Outorgadas	0	14.363	0	0	0	14.363
5.04.10	Venda de Ações em Tesouraria pelo Exercício de Ações e Opções de Ações	0	6.406	0	0	0	6.406
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	1.996.018	0	-1.284	1.994.734
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	1.996.018	0	0	1.996.018
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.284	-1.284
5.05.02.06	Variação Cambial sobre Investimento Líquido no Exterior	0	0	0	0	13.947	13.947
5.05.02.07	"Resultado com Instrumentos de ""Hedge"" de Investimentos no Exterior, Líq dos Efeitos Tributários"	0	0	0	0	-15.231	-15.231
5.07	Saldos Finais	4.700.000	-98.793	6.062.315	0	9.705	10.673.227

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
7.01	Receitas	3.550.787	3.633.648
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.657.165	3.719.784
7.01.02	Outras Receitas	-106.378	-86.136
7.01.02.01	Perda com créditos incobráveis e fraude	-106.378	-86.136
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.264.246	-1.067.940
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-960.621	-800.545
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-287.016	-253.521
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-2.237	3.084
7.02.04	Outros	-14.372	-16.958
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.286.541	2.565.708
7.04	Retenções	-189.965	-215.043
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-189.965	-215.043
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.096.576	2.350.665
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.240.702	1.584.388
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	290.744	202.093
7.06.02	Receitas Financeiras	949.958	1.382.295
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.337.278	3.935.053
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.337.278	3.935.053
7.08.01	Pessoal	186.894	205.830
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.101.889	1.206.452
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	223.936	526.753
7.08.03.03	Outras	223.936	526.753
7.08.03.03.01	Despesas de juros e alugueis incorridos	223.936	526.753
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.824.559	1.996.018
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	312.500	325.300
7.08.04.02	Dividendos	1.429.977	1.002.051
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	82.082	668.667

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	80.526.657	88.347.181
1.01	Ativo Circulante	64.060.197	71.933.612
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.439.172	6.024.197
1.01.03	Contas a Receber	59.401.258	65.869.950
1.01.03.01	Clientes	59.237.049	65.773.345
1.01.03.01.01	Contas a Receber Operacionais	59.237.049	65.773.345
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	164.209	96.605
1.01.03.02.02	Impostos Antecipados a Recuperar	10.981	11.957
1.01.03.02.03	Outros Valores a Receber	91.822	40.920
1.01.03.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	61.406	43.728
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	219.767	39.465
1.01.08.03	Outros	219.767	39.465
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	219.767	39.465
1.02	Ativo Não Circulante	16.466.460	16.413.569
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.587.650	2.677.077
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	53.607	43.984
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	53.607	43.984
1.02.01.07	Tributos Diferidos	905.344	1.011.232
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	905.344	1.011.232
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	1.628.699	1.621.861
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	1.628.699	1.621.861
1.02.02	Investimentos	164.754	120.500
1.02.03	Imobilizado	506.131	512.596
1.02.04	Intangível	13.207.925	13.103.396

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	80.526.657	88.347.181
2.01	Passivo Circulante	53.993.257	62.597.366
2.01.02	Fornecedores	51.388.423	58.552.872
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	51.388.423	58.552.872
2.01.02.01.01	Contas a Pagar a Clientes	50.765.026	57.796.536
2.01.02.01.03	Fornecedores	623.397	756.336
2.01.03	Obrigações Fiscais	227.286	286.954
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.332.732	2.827.719
2.01.05	Outras Obrigações	1.044.816	929.821
2.01.05.02	Outros	1.044.816	929.821
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	482.398	270.470
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	562.418	659.351
2.02	Passivo Não Circulante	10.929.005	10.388.870
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.822.506	6.417.634
2.02.02	Outras Obrigações	2.232.373	2.035.407
2.02.02.02	Outros	2.232.373	2.035.407
2.02.02.02.04	Outras Obrigações	34.355	34.862
2.02.02.02.05	Obrigações com cotas de fundos de investimento	2.198.018	2.000.545
2.02.03	Tributos Diferidos	128.144	194.512
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	128.144	194.512
2.02.04	Provisões	1.745.982	1.741.317
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.745.982	1.741.317
2.02.04.01.05	Provisões para Riscos trabalhistas, tributários e cíveis	1.745.982	1.741.317
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	15.604.395	15.360.945
2.03.01	Capital Social Realizado	5.700.000	4.700.000
2.03.02	Reservas de Capital	-62.155	-69.962
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-51.512	-53.925
2.03.02.07	Reserva de Capital	71.641	66.247
2.03.02.08	Transações de capital entre sócios	-82.284	-82.284
2.03.04	Reservas de Lucros	6.299.001	7.062.500
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	7.168	8.814
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	3.660.381	3.659.593

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.927.306	5.711.990	2.831.013	5.632.316
3.01.01	Receita Operacional	3.220.941	6.345.955	3.116.277	6.202.507
3.01.02	Impostos sobre Serviços	-293.635	-633.965	-285.264	-570.191
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.568.359	-3.002.687	-1.396.127	-2.763.755
3.03	Resultado Bruto	1.358.947	2.709.303	1.434.886	2.868.561
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-442.115	-782.007	-393.953	-746.073
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-376.578	-661.438	-329.127	-628.553
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-140.518	-267.613	-150.103	-271.773
3.04.02.02	Despesas com Pessoal	-142.371	-268.588	-133.428	-273.130
3.04.02.04	Vendas e Marketing	-93.689	-125.237	-45.596	-83.650
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-66.110	-128.688	-63.981	-121.125
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	573	8.119	-845	3.605
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	916.832	1.927.296	1.040.933	2.122.488
3.06	Resultado Financeiro	323.206	712.615	435.130	839.099
3.06.01	Receitas Financeiras	481.833	1.045.158	661.867	1.391.460
3.06.01.01	Receitas Financeiras	76.640	176.655	85.043	195.606
3.06.01.02	Resultado com aquisição de recebíveis e FIDC	405.193	868.503	573.975	1.193.267
3.06.01.03	Variação Cambial, Líquida	0	0	2.849	2.587
3.06.02	Despesas Financeiras	-158.627	-332.543	-226.737	-552.361
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-151.308	-323.513	-226.737	-552.361
3.06.02.02	Variação cambial, Líquida	-7.319	-9.030	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.240.038	2.639.911	1.476.063	2.961.587
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-369.695	-712.577	-435.571	-875.261
3.08.01	Corrente	-345.686	-676.177	-376.213	-872.222
3.08.02	Diferido	-24.009	-36.400	-59.358	-3.039
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	870.343	1.927.334	1.040.492	2.086.326
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	870.343	1.927.334	1.040.492	2.086.326
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	817.509	1.824.559	994.254	1.996.018

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	52.834	102.775	46.238	90.308
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,30118	0,67219	0,36651	0,73580
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,30093	0,67164	0,36602	0,73481

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	870.343	1.927.334	1.040.492	2.086.326
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-3.388	-1.646	-1.432	-1.284
4.02.01	Varição Cambial s/ Investimentos no Exterior	161.639	168.282	41.934	13.947
4.02.02	"Resultado com Instrumentos de ""Hedge"" de Investimentos no Exterior, Líq dos Efeitos Tributários"	-165.027	-169.928	-43.366	-15.231
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	866.955	1.925.688	1.039.060	2.085.042
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	814.121	1.822.913	992.822	1.994.734
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	52.834	102.775	46.238	90.308

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.581.809	3.703.099
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.977.146	4.052.944
6.01.01.01	Lucro antes da IR e da CS	2.639.911	2.961.587
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	462.685	479.217
6.01.01.03	Constituição (Reversão) de Provisão para Perda c/ Imob	-1.559	-10.551
6.01.01.04	Custo Residual de Imobilizado e Intangível Baixados	19.964	9.339
6.01.01.05	Opções de Ações Outorgadas	11.592	14.363
6.01.01.09	Perdas com créditos incobráveis e fraude	120.313	103.155
6.01.01.10	Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	13.907	89.655
6.01.01.13	Resultado com Instrumentos Financeiros	-180.302	-37.665
6.01.01.14	Equivalência Patrimonial	-8.119	-3.605
6.01.01.15	Juros sobre empréstimos e financiamentos	249.015	455.777
6.01.01.17	Variação cambial sobre juros de empréstimos e financiamentos captados no exterior	649.739	-8.328
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.120.821	905.342
6.01.02.01	Contas a Receber Operacionais	6.415.983	-49.642.813
6.01.02.03	Impostos Antecipados e a Recuperar	106.864	-3.218
6.01.02.04	Outros Valores a Receber (Circulante/ Não Circulante)	-60.525	64.892
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	-6.838	-81.807
6.01.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	-17.678	-31.735
6.01.02.07	Contas a Pagar a Estabelecimentos	-7.031.510	50.929.633
6.01.02.08	Fornecedores	-132.939	-153.468
6.01.02.09	Impostos e Contribuições a Recolher	-220.573	-128.120
6.01.02.11	Outras Obrigações (Circulante/ Não Circulante)	-164.363	-41.068
6.01.02.13	Pagamento de Processos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	-9.242	-6.954
6.01.03	Outros	-1.274.516	-1.255.187
6.01.03.02	Juros Pagos	-282.891	-258.617
6.01.03.03	IR e CS Pagos	-991.625	-996.570
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-284.589	-156.915
6.02.01	"Aumento de Capital em Controladas, ""Joint Ventures"" e Coligada"	-55.105	0
6.02.05	Adições ao Imobilizado e Intangível	-229.484	-156.915
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.991.260	-3.444.902
6.03.01	Aquisição de Ações em Tesouraria	-11.632	0
6.03.02	Venda de Ações em Tesouraria pelo Exercício de Ações e Opções de Ações	7.847	6.406
6.03.03	Captação de Empréstimos	0	100.453
6.03.04	Pagamento de Principal de Empréstimos, líq de derivativos	-1.705.978	-2.823.253
6.03.06	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-1.478.970	-728.508
6.03.09	Participação de terceiros cotas sênior do FIDC Plus	197.473	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	109.015	-4.527
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.585.025	96.755
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6.024.197	2.658.956
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.439.172	2.755.711

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.700.000	-69.962	7.062.500	0	8.814	11.701.352	3.659.593	15.360.945
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.700.000	-69.962	7.062.500	0	8.814	11.701.352	3.659.593	15.360.945
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.000.000	7.807	-2.588.058	0	0	-1.580.251	-101.987	-1.682.238
5.04.01	Aumentos de Capital	1.000.000	0	-1.000.000	0	0	0	0	0
5.04.08	Aquisições de Ações em Tesouraria	0	-11.758	0	0	0	-11.758	0	-11.758
5.04.09	Opções de Ações e Ações Outorgadas	0	11.592	0	0	0	11.592	0	11.592
5.04.10	Venda de Ações em Tesouraria pelo Exercício de Ações e Opções de Ações	0	7.973	0	0	0	7.973	0	7.973
5.04.11	Dividendos Pagos Adicionais aos Mínimos Obrigatórios de 2017	0	0	-1.058.785	0	0	-1.058.785	0	-1.058.785
5.04.12	Juros sobre Capital Próprio Propostos	0	0	-312.500	0	0	-312.500	0	-312.500
5.04.13	Dividendos Mínimos Obrigatórios	0	0	-216.773	0	0	-216.773	0	-216.773
5.04.15	Efeito dos Acionistas Não Controladores sobre Entidades Consolidadas	0	0	0	0	0	0	-101.987	-101.987
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	1.824.559	0	-1.646	1.822.913	102.775	1.925.688
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	1.824.559	0	0	1.824.559	102.775	1.927.334
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.646	-1.646	0	-1.646
5.05.02.06	Varição Cambial sobre Investimento Líquido no Exterior	0	0	0	0	168.282	168.282	0	168.282
5.05.02.07	"Resultado com Instrumentos de "Hedge" de Investimentos no Exterior, Líq dos Efeitos Tributários"	0	0	0	0	-169.928	-169.928	0	-169.928
5.07	Saldos Finais	5.700.000	-62.155	6.299.001	0	7.168	11.944.014	3.660.381	15.604.395

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.500.000	-119.562	5.851.974	0	10.989	9.243.401	3.659.589	12.902.990
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.500.000	-119.562	5.851.974	0	10.989	9.243.401	3.659.589	12.902.990
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.200.000	20.769	-1.785.677	0	0	-564.908	-94.036	-658.944
5.04.01	Aumentos de Capital	1.200.000	0	-1.200.000	0	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-260.377	0	0	-260.377	0	-260.377
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-325.300	0	0	-325.300	0	-325.300
5.04.09	Opções de Ações e Ações Outorgadas	0	14.363	0	0	0	14.363	0	14.363
5.04.10	Venda de Ações em Tesouraria pelo Exercício de Ações e Opções de Ações	0	6.406	0	0	0	6.406	0	6.406
5.04.15	Efeito dos Acionistas Não Controladores sobre Entidades Consolidadas	0	0	0	0	0	0	-94.036	-94.036
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	1.996.018	0	-1.284	1.994.734	90.308	2.085.042
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	1.996.018	0	0	1.996.018	90.308	2.086.326
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.284	-1.284	0	-1.284
5.05.02.06	Varição Cambial sobre Investimento Líquido no Exterior	0	0	0	0	13.947	13.947	0	13.947
5.05.02.07	"Resultado com Instrumentos de "Hedge" de Investimentos no Exterior, Liq dos Efeitos Tributários"	0	0	0	0	-15.231	-15.231	0	-15.231
5.07	Saldos Finais	4.700.000	-98.793	6.062.315	0	9.705	10.673.227	3.655.861	14.329.088

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
7.01	Receitas	6.225.642	6.099.352
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.345.955	6.202.507
7.01.02	Outras Receitas	-120.313	-103.155
7.01.02.01	Perda com créditos incobráveis e fraude	-120.313	-103.155
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.808.336	-2.523.314
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.518.712	-2.275.748
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-265.622	-229.596
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-4.290	2.933
7.02.04	Outros	-19.712	-20.903
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.417.306	3.576.038
7.04	Retenções	-462.685	-479.217
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-462.685	-479.217
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.954.621	3.096.821
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.091.202	1.461.912
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	8.119	3.605
7.06.02	Receitas Financeiras	1.083.083	1.458.307
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.045.823	4.558.733
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.045.823	4.558.733
7.08.01	Pessoal	344.944	348.087
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.443.783	1.565.472
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	329.764	558.848
7.08.03.03	Outras	329.764	558.848
7.08.03.03.01	Despesas com juros e alugueis incorridos	329.764	558.848
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.927.332	2.086.326
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	312.500	325.300
7.08.04.02	Dividendos	1.429.976	1.002.051
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	82.082	668.667
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	102.774	90.308

Comentário do Desempenho

SENHORES ACIONISTAS

Apresentamos o Comentário de Desempenho e as Informações Contábeis Intermediárias da Cielo S.A. (“Sociedade” ou “Cielo”), de suas controladas e coligada (denominadas em conjunto “Grupo”), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, acompanhados do Relatório sobre a revisão de informações trimestrais (ITR) dos nossos Auditores Independentes.

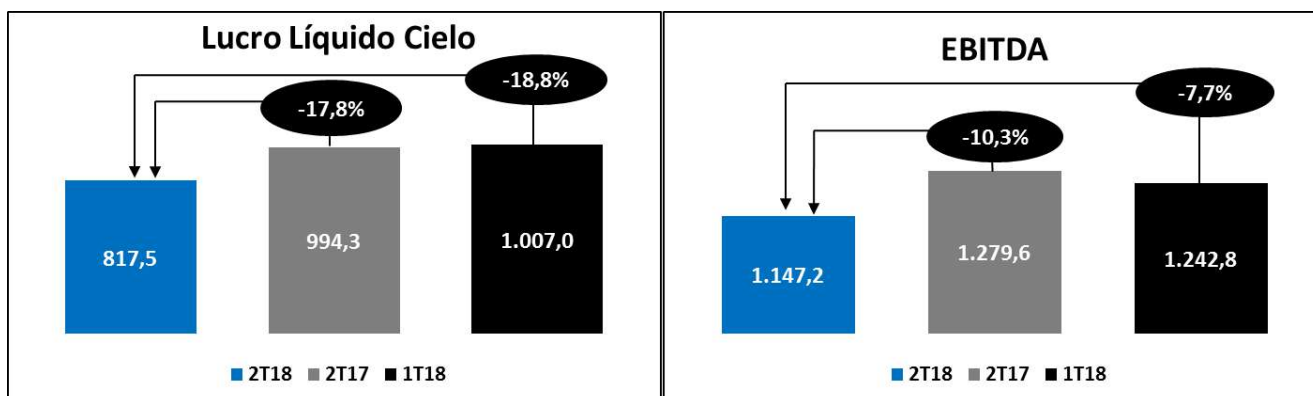
As informações contábeis intermediárias individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas de acordo com a norma internacional IAS 34 – “Interim Financial Reporting” e com as demais normas internacionais de relatório financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, que convergem com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As informações contábeis consolidadas contemplaram os saldos das contas da Cielo (controladora), das controladas diretas Multidisplay, Servinet, Braspag, Cielo USA, Cateno e Aliança e das controladas indiretas Merchant e-Solutions e M4Produtos. O resultado das controladas em conjunto Orizon e Paggo, e da coligada Stelo, foram reconhecidos por meio do método de equivalência patrimonial nas informações contábeis consolidadas. Quando necessário, essas informações contábeis foram ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, receitas e despesas entre as empresas do Grupo foram eliminadas integralmente nas informações contábeis consolidadas.

DESTAQUES 2T18

- Volume financeiro da Cielo de transações totalizou R\$151,1 bilhões, aumento de 0,05% em relação ao 2T17, ou R\$74,1 milhões, e redução de 1,1% em relação ao 1T18, ou R\$1,6 bilhões;
- Receita líquida consolidada totalizou R\$2.927,3 milhões, aumento de 3,4% em relação ao 2T17, ou R\$96,3 milhões, e aumento de 5,1% em relação ao 1T18, ou R\$142,6 milhões;
- Aquisição de recebíveis (ARV), antes do custo de capital próprio e de terceiros, totalizou R\$405,2 milhões, representando uma redução de 29,4% em relação ao 2T17, e queda de 12,5% em relação ao 1T18. O ARV atingiu 16,8% sobre o volume financeiro de crédito capturado pela Cielo no trimestre, queda de 1,9 ponto percentual em relação ao 2T17, e decréscimo de 0,7 ponto percentual em relação ao 1T18;
- Os gastos totais no grupo Cielo (custos e despesas) totalizaram R\$2.011,0 milhões, aumento de 12,4% em relação ao 2T17, ou R\$221,8 milhões, e aumento de 12,9% em relação ao 1T18, ou R\$229,3 milhões;
- Lucro líquido Cielo totalizou R\$817,5 milhões, redução de 17,8% em relação ao 2T17, ou R\$176,7 milhões, e redução de 18,8% em relação ao 1T18, ou R\$189,5 milhões; e
- EBITDA consolidado de R\$1.147,2 milhões, redução de 10,3% em relação ao 2T17, ou R\$132,3 milhões, e redução de 7,7% em relação ao 1T18, ou R\$95,5 milhões.

Comentário do Desempenho



DESEMPENHO OPERACIONAL 2T18

Volume Financeiro de Transações

Evolução Trimestral

No 2T18, o volume financeiro de transações na Cielo totalizou R\$151,1 bilhões, representando uma redução de 0,05%, ou R\$74,1 milhões, em comparação aos R\$151,0 bilhões 2T17, e redução de 1,1%, ou R\$1,6 bilhão, quando comparado aos R\$152,7 bilhões capturados no 1T18.

Especificamente com cartões de crédito, o volume financeiro de transações totalizou R\$88,6 bilhões no 2T18, apresentando um aumento de 7,1% em relação ao 2T17 e aumento de 1,1% em relação ao 1T18.

Com a modalidade débito, o volume financeiro de transações totalizou R\$62,5 bilhões no 2T18, redução de 8,5% em relação ao 2T17 e um decréscimo de 3,9% em comparação ao 1T18.

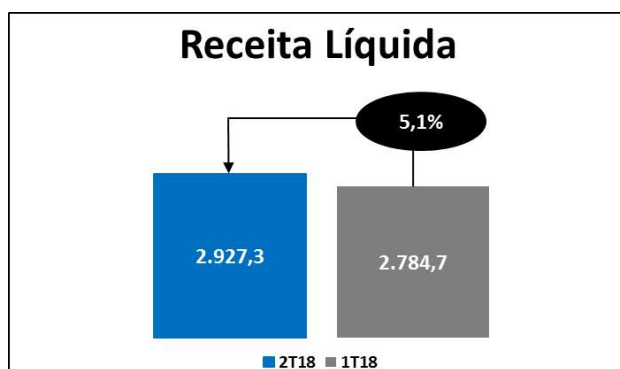
Adicionalmente, a Cielo capturou 1,7 bilhão de transações no 2T18, um decréscimo de 5,9% em relação ao 2T17 e redução de 3,5% em relação ao 1T18.

DESEMPENHO FINANCEIRO 2T18

COMPARAÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO NOS TRIMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 31 DE MARÇO DE 2018

Receita Líquida

Evolução Trimestral



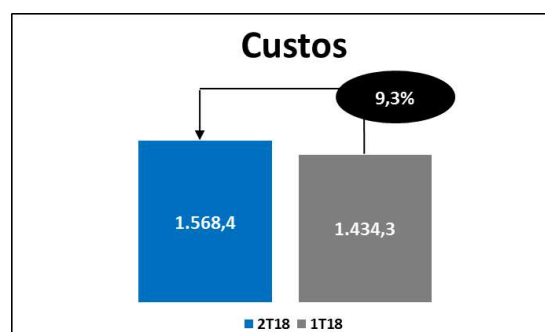
Comentário do Desempenho

A receita líquida consolidada totalizou R\$2.927,3 milhões no 2T18, representando um aumento de R\$142,6 milhões ou 5,1%, quando comparada com R\$2.784,7 milhões no 1T18.

O acréscimo das receitas líquidas consolidadas é resultado da apreciação nas receitas de nossa controlada Merchant-E Solution em decorrência do aumento no volume capturado no exterior, bem como, apreciação do dólar médio no 2T18, além do crescimento nas receitas de intercâmbio da controlada Cateno relacionado ao aumento de volume capturado nesse trimestre e aumento relacionado a expansão dos negócios e dos serviços de recarga online da controlada Multidisplay. Adicionalmente, em contra partida, o aumento das receitas líquidas nas controladas foi parcialmente compensado pela redução nas receitas de comissão impactada pela redução de volume no trimestre, do aumento na participação de clientes do segmento Grandes Contas e da maior pressão sobre as receitas de aluguel de equipamentos de captura da controladora devido à queda no parque cobrado.

Custo dos Serviços Prestados

Evolução Trimestral



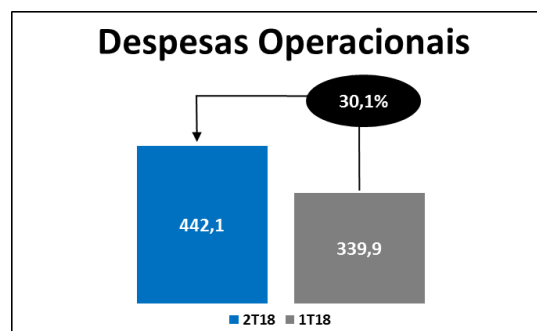
O custo dos serviços prestados consolidado totalizou R\$1.568,4 milhões no 2T18, representando um aumento de R\$134,1 milhões, ou 9,3% em comparação ao 1T18. O acréscimo decorre substancialmente dos seguintes eventos:

- (i) Aumento de R\$64,3 milhões ou 23,1% nos custos da **controlada Merchant e-Solutions**, relacionado ao aumento dos gastos com intercâmbio e remuneração de bandeiras, diretamente relacionado ao crescimento no volume capturado e apreciação do dólar médio no 2T18;
- (ii) Aumento de R\$24,9 milhões ou 12,8% nos custos vinculados à **gestão de contas de pagamento do Arranjo Ourocard**, em virtude do aumento do volume e quantidade de transações capturadas no 2T18;
- (iii) Aumento de R\$22,2 milhões ou 19,3% nos **custos com serviços prestados da controlada Multidisplay**, diretamente relacionado à receitas de serviços no trimestre devido expansão dos negócios e novas linhas de receita pelos canais de recarga online;
- (iv) Aumento líquido de R\$4,2 milhões nos custos das **atividades de aquisição** da Cielo, basicamente representado por aumento nos gastos com **Fees de Bandeiras**, principalmente em decorrência da maior participação de Amex, compensada pelo aumento de crédito tributário sobre insumos (PIS/Cofins) capturados no trimestre.
- (v) Aumento líquido de R\$13,2 milhões ou 4,0% em **custos vinculados aos equipamentos e outros custos** da Controladora, substancialmente relacionado à maior volume de compra de insumos no 2T18 em comparação ao trimestre anterior, bem como aumento no volume de instalações de equipamentos de captura, compensado parcialmente pela redução dos custos de depreciação e amortização de POS.

Comentário do Desempenho

Despesas Operacionais

Evolução Trimestral



As despesas operacionais totalizaram R\$442,1 milhões no 2T18, apresentando um aumento de R\$102,2 milhões ou 30,1%, em relação ao 1T18. O aumento decorre substancialmente dos seguintes eventos:

Despesas de pessoal - As despesas de pessoal aumentaram R\$16,2 milhões ou 12,8%, para R\$142,4 milhões no 2T18, comparadas com os R\$126,2 milhões no 1T18. O aumento decorre substancialmente de reconhecimento de despesas de projetos na controlada Merchant e-Solutions no 2T18, bem como, aumento no quadro de colaboradores na controlada Cateno, além do efeito de reversão na controladora referente à excedente provisionado de participação nos lucros do 1T18.

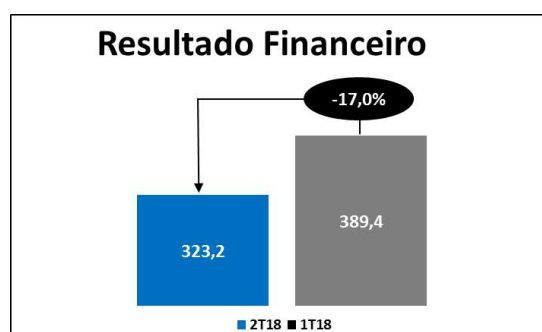
Despesas gerais e administrativas - As despesas gerais e administrativas, excluindo depreciação, aumentaram R\$12,9 milhões ou 11,4%, para R\$126,1 milhões no 2T18, comparadas com os R\$113,2 milhões no 1T18. O acréscimo está relacionado ao aumento nas despesas comerciais no 2T18 na controlada Merchant e-Solutions (incluindo efeito da apreciação do dólar no 2T18), bem como, devido maiores gastos de serviços profissionais para projetos na Controlada.

Despesas de vendas e marketing - As despesas de vendas e marketing aumentaram R\$62,2 milhões ou 197,0%, para R\$93,7 milhões no 2T18, comparadas com os R\$31,5 milhões no 1T18. O aumento decorre substancialmente de maiores gastos com campanhas de marketing institucionais e de ações comerciais no 2T18.

Outras despesas operacionais líquidas - As outras despesas operacionais líquidas aumentaram R\$3,5 milhões ou 5,6%, para R\$66,1 milhões no 2T18, comparadas com os R\$62,6 milhões no 1T18. O acréscimo está relacionado ao aumento nas expectativas de perdas com créditos incobráveis e aumento nas provisões de contingência, compensado pela redução de perdas com equipamentos e imobilizado.

Resultado Financeiro

Evolução Trimestral



O resultado financeiro totalizou R\$323,2 milhões no 2T18, representando uma redução de 17,0% ou R\$66,2 milhões em relação ao 1T18, que obteve um resultado de R\$389,4 milhões. O decréscimo ocorreu em decorrência dos seguintes eventos:

Receitas financeiras - As receitas financeiras reduziram R\$23,4 milhões ou 23,4%, para R\$76,6 milhões no 2T18, comparadas com os R\$100,0 milhões no 1T18. A diminuição está substancialmente relacionada à redução do saldo médio aplicado em decorrência da amortização de debêntures em abril de 2018 e do pagamento de dividendos, referente ao 2º semestre de 2017, em março de 2018.

Despesas financeiras - As despesas financeiras reduziram R\$20,9 milhões ou 12,1%, para R\$151,3 milhões no 2T18, comparadas com os R\$172,2 milhões no 1T18. A diminuição decorre da redução do endividamento médio com terceiros,

Comentário do Desempenho

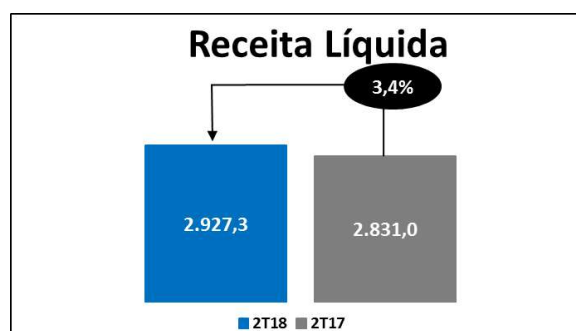
basicamente em virtude da amortização da terceira parcela das debêntures, além da queda do custo de captação (influenciada substancialmente pela queda da DI).

Aquisição de recebíveis líquido (ARV) – A aquisição de recebíveis, antes do custo de capital próprio e de terceiros, líquida dos tributos, totalizou R\$405,2 milhões no 2T18, apresentando uma redução de R\$58,1 milhões ou 12,5%, quando comparada com os R\$463,3 milhões no 1T18. O decréscimo está substancialmente relacionado à redução de volume adquirido e do aumento da concentração em clientes do segmento Grandes Contas no 2T18.

COMPARAÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO NOS TRIMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 30 DE JUNHO DE 2017

Receita Líquida

Evolução Trimestral



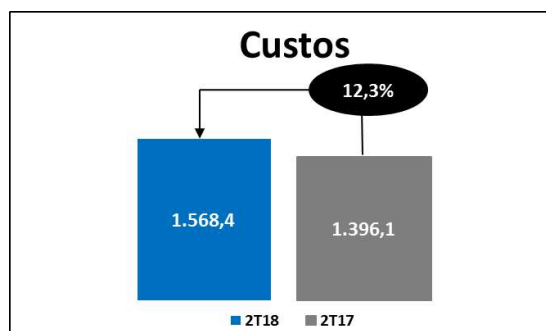
A receita líquida da Cielo consolidada totalizou R\$2.927,3 milhões no 2T18, representando um aumento de 3,4% ou R\$96,3 milhões, quando comparada aos R\$2.831,0 milhões no 2T17.

O acréscimo das receitas líquidas consolidadas é resultado do crescimento no intercâmbio da controlada Cateno relacionado ao aumento de volume capturado nesse trimestre e aumento relacionado a expansão dos negócios e dos serviços de recarga online da controlada Multidisplay, bem como nas receitas de nossa controlada Merchant-E Solution resultado da apreciação do dólar médio no 2T18. Na controladora, houve redução nas receitas de comissão impactada pelo aumento na participação de clientes do segmento Grandes Contas e maior pressão sobre as receitas de aluguel de equipamentos de captura da controladora devido à queda no parque cobrado, parcialmente compensada por menores incentivos pagos em decorrência de mudança no modelo de remuneração de bandeira nacional, e crescimento nos outros serviços da Controladora, principalmente relacionado ao produto Receba Rápido e às receitas com licenciamento e processamento da bandeira Elo (iniciado no segundo semestre de 2017).

Comentário do Desempenho

Custo dos Serviços Prestados

Evolução Trimestral

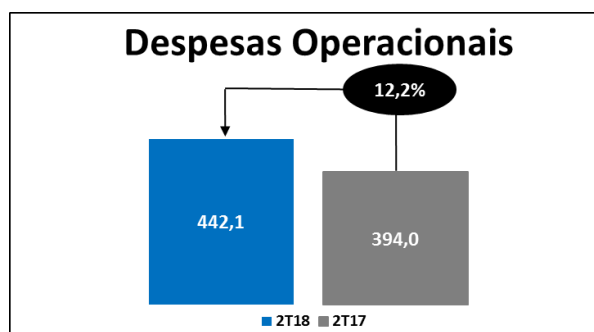


O **custo dos serviços prestados** totalizou R\$1.568,4 milhões no 2T18, representando um aumento de R\$172,3 milhões ou 12,3%, quando comparado aos R\$1.396,1 milhões realizado no mesmo trimestre do exercício anterior. O aumento decorre substancialmente seguintes eventos:

- (i) Aumento líquido de R\$82,1 milhões nos custos das **atividades de aquisição**, basicamente representado pelo aumento nos **custos de remuneração das bandeiras**, substancialmente relacionado à mudança na remuneração das bandeiras, principalmente na bandeira nacional no 3T17 (resultante da migração completa para o modelo de interoperabilidade), compensado parcialmente pela redução dos demais custos relacionados à transação, resultante principalmente de redução de despesa com estabelecimento e aumento de crédito tributário sobre insumos (PIS/Cofins) capturados no trimestre;
- (ii) Aumento de R\$38,3 milhões ou 12,6% nos **custos da controlada Merchant e-Solutions**, substancialmente relacionado à apreciação do dólar médio do 2T18 em relação ao 2T17 e aumento dos gastos com intercâmbio, relacionado ao crescimento no volume capturado no trimestre;
- (iii) Aumento líquido de R\$15,5 milhões ou 4,8% em **custos vinculados aos equipamentos e outros custos**, substancialmente relacionado à maior volume de compra de insumos no 2T18 em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior, bem como aumento no volume de instalações de equipamentos de captura e maior gastos com projetos estratégicos da Sociedade compensado parcialmente pela redução dos custos de depreciação e amortização de POS;
- (iv) Aumento de R\$8,8 milhões ou 4,2% nos custos vinculados à gestão de **contas de pagamento do Arranjo Ourocard**, relacionado à remuneração do **Fee de bandeiras** e a Central de Atendimento, ambos relacionados ao maior volume capturado no 2T18 em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, parcialmente compensado pelo aumento de crédito tributário sobre insumos (PIS/Cofins).

Despesas Operacionais

Evolução Trimestral



As despesas operacionais totalizaram R\$442,1 milhões no 2T18, apresentando um aumento de R\$48,1 milhões ou 12,2% quando comparadas com R\$394,0 milhões no 2T17. O aumento ocorreu fundamentalmente em decorrência dos seguintes eventos:

Comentário do Desempenho

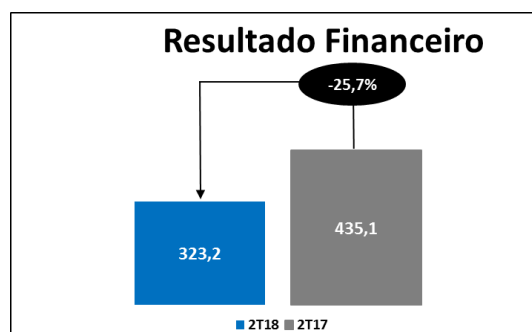
Despesas de pessoal - As despesas de pessoal aumentaram R\$9,0 milhões ou 12,2%, para R\$142,4 milhões no 2T18, comparadas com os R\$133,4 milhões no 2T17. O aumento decorre substancialmente de reconhecimento de despesas pela finalização na capitalização de projetos na controlada Merchant e-Solutions em 2018.

Despesas gerais e administrativas - As despesas gerais e administrativas, excluindo depreciação, reduziram R\$6,0 milhões ou 4,6%, para R\$126,1 milhões no 2T18, comparadas com os R\$132,1 milhões no 2T17. O decréscimo está relacionado à redução custos com consultoria contratados no 2T17 sem incidência no 2T18, compensado parcialmente com aumento de despesas com parceiros comerciais (“*partnership fees*”) na controlada Merchant e-Solutions, também impactado pela apreciação do dólar médio entre o 2T18 e o mesmo trimestre do ano anterior.

Despesas de vendas e marketing - As despesas de vendas e marketing aumentaram R\$48,1 milhões ou 105,5%, para R\$93,7 milhões no 2T18, comparadas com os R\$45,6 milhões no 2T17. O aumento está substancialmente relacionado ao aumento de gastos com campanhas de marketing e de ações comerciais, quando comparado com o mesmo trimestre do exercício anterior.

Resultado Financeiro

Evolução Trimestral



O resultado financeiro totalizou R\$323,2 milhões no 2T18, uma redução de R\$111,9 milhões ou 25,7% em relação ao 2T17, que obteve um resultado de R\$435,1 milhões. O decréscimo ocorreu fundamentalmente em decorrência dos seguintes eventos:

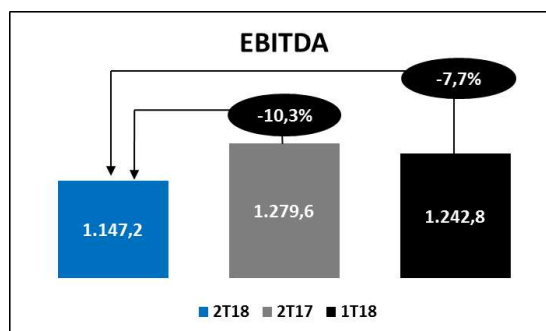
Receitas financeiras - As receitas financeiras reduziram R\$8,4 milhões ou 9,9%, para R\$76,6 milhões no 2T18, comparadas com os R\$85,0 milhões no 2T17. A diminuição está substancialmente relacionada à redução do saldo médio aplicado em decorrência da amortização de debêntures em abril de 2018 e do pagamento de dividendos, referente ao 2º semestre de 2017, em março de 2018.

Despesas financeiras - As despesas financeiras reduziram R\$75,4 milhões ou 33,3%, para R\$151,3 milhões no 2T18, comparadas com os R\$226,7 milhões no 2T17. A diminuição decorre da redução do endividamento médio com terceiros, basicamente em virtude da amortização da terceira parcela das debêntures, além da queda do custo de captação (influenciada substancialmente pela queda da DI).

Aquisição de recebíveis líquido (ARV) – A aquisição de recebíveis, antes do custo de capital próprio e de terceiros, líquida dos tributos, realizada diretamente pela Cielo ou pelos FIDCs, reduziu R\$168,8 milhões ou 29,4%, para R\$405,2 milhões no 2T18, comparado com os R\$574,0 milhões no 2T17. O decréscimo está substancialmente relacionado à redução de volume adquirido, à redução da taxa de DI médio e do aumento da concentração em clientes do segmento Grandes Contas no 2T18.

Comentário do Desempenho

EBITDA Evolução Trimestral



O EBITDA totalizou R\$1.147,2 milhões no 2T18, representando uma redução de 10,3% em relação ao 2T17 e de 7,7% sobre o 1T18, conforme demonstrado a seguir:

EBITDA (R\$ milhões)	2T18	2T17	1T18
Lucro Líquido Cielo	817,5	994,3	1.007,0
Outros acionistas que não a Cielo	52,8	46,2	49,9
Resultado Financeiro	(323,2)	(435,1)	(389,4)
Imposto de Renda e Contribuição Social	369,7	435,6	342,9
Depreciação e Amortização	230,4	238,6	232,3
EBITDA	1.147,2	1.279,6	1.242,8
% Margem EBITDA	39,2%	45,2%	44,6%

O EBITDA corresponde ao lucro líquido, acrescido do imposto de renda e contribuição social, das despesas de depreciação e amortização e do resultado financeiro. Ressalta-se que, para o seu cálculo, ao lucro líquido da Controladora é acrescida a participação dos acionistas não controladores.

A Administração acredita que o EBITDA é um parâmetro importante para os investidores, pois fornece informação relevante sobre os nossos resultados operacionais e de rentabilidade.

No entanto, o EBITDA não é uma medida contábil utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador de desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. Adicionalmente, o EBITDA apresenta limitação que prejudica a sua utilização como medida da lucratividade em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, o lucro, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

ADOÇÃO DE PRÁTICAS CONTÁBEIS DO PLANO CONTÁBIL DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL (“COSIF”)

A Cielo obteve, em abril de 2017, autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento na modalidade credenciadora, concedida pelo Banco Central do Brasil (“Banco Central”). Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Cielo passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), inclusive a elaboração e divulgação de demonstrações financeiras de acordo com os critérios e regras contábeis definidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”).

Nesse sentido, as informações financeiras oficiais da Sociedade para fins societários, tributários, entre outros, passaram a refletir as regras contábeis definidas no COSIF.

Comentário do Desempenho

Dentre as principais diferenças entre as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRSs”) e as práticas contábeis adotadas no Brasil (“CPC”) em relação ao novo regramento contábil do Banco Central que passou a ser adotado (“COSIF”), destaca-se o tratamento do ágio. De forma diversa ao tratamento adotado pelo IFRS/CPC, no âmbito do COSIF, o ágio contabilizado com fundamento na previsão de resultados futuros (“*goodwill*”) deve ser amortizado conforme os prazos de projeções que o justificaram. Adicionalmente, no COSIF, a variação cambial sobre os *Ten Years Bonds* é reconhecida no resultado do exercício, diferentemente dos demonstrativos contábeis em IFRSs, cujo impacto é em “Outros Resultados Abrangentes”, no Patrimônio Líquido.

Apresentamos a seguir a reconciliação dos saldos comparativos de resultado e do Patrimônio Líquido referentes ao 2T18, entre IFRSs/CPC e COSIF:

Em R\$ milhões	2T18	
	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido
IFRS/CPC	817,5	11.944,0
(-) Amort. Ágio	(6,5) (a)	(1.900,3) (c)
(-) Variação cambial líquida	(165,0) (b)	-
(-) Reclassificação de transação de capital entre sócios	-	82,3 (d)
COSIF	646,0	10.126,0

- (a) Referente à amortização de ágio originado na aquisição do controle da Multidisplay.
- (b) A variação cambial sobre os *Ten Years Bonds*, líquido dos tributos, emitidos pela Cielo, foi reconhecida no resultado do exercício em COSIF. De forma diversa, no IFRS, a variação cambial sobre os *Ten Years Bonds* impacta a rubrica de “Outros Resultados Abrangentes”, diretamente no Patrimônio Líquido, em decorrência da efetividade do *hedge accounting* designado entre o investimento em dólar na controlada americana Cielo USA e o endividamento em dólar (*bonds*).
- (c) Refere-se à amortização acumulada dos ágios originados na aquisição de investimentos pela Cielo e suas controladas.
- (d) Refere-se ao ágio pago pela Cielo, em julho de 2016, na aquisição adicional de 41,34% de participação na controlada Multidisplay, passando a ter 91,44% de participação. No IFRS, esta operação foi tratada como uma transação de capital entre sócios, registrada diretamente no Patrimônio Líquido. No COSIF, o montante compõe o grupo de intangível, no ativo, nos demonstrativos contábeis consolidados.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa é um valor para a Sociedade, que tem como uma de suas metas o seu aperfeiçoamento constante, em um processo contínuo e de longo prazo, voltado para a performance sustentável da Sociedade. Para tanto, a Sociedade adota, de forma voluntária, as melhores práticas de governança corporativa, além daquelas exigidas para empresas listadas no Novo Mercado da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), evidenciando o comprometimento da Sociedade e de seus administradores com o interesse de seus acionistas e investidores.

A maximização de sua eficiência e criação de valor de longo prazo traduz-se, por exemplo, por meio (a) da adoção de sistema adequado de tomada de decisões e do monitoramento acerca do cumprimento desse sistema; (b) da manutenção de uma Secretaria de Governança Corporativa, a qual tem por objetivo auxiliar os órgãos de administração e dos comitês/fóruns de assessoramento da Sociedade e suas controladas, bem como garantir a observância das melhores práticas de governança corporativa; (c) da prática de condutas éticas e sustentáveis; (d) da avaliação formal de desempenho do Conselho de Administração, de forma colegiada e individual; (e) da presença de pessoas distintas ocupando os cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente; (f) da existência de calendário anual e pauta mínima do Conselho de Administração, contendo todos os temas a serem abordados ao longo do ano nas reuniões previamente agendadas; (g) da troca de informações por meio do Portal Eletrônico de Governança Corporativa; (h) da existência de Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesses; e (i) do Código de Conduta Ética de adesão

Comentário do Desempenho

obrigatória por todos os colaboradores e administradores, o qual estabelece as normas de conduta no relacionamento com todas as partes interessadas.

Importante destacar que, em 2013, a Sociedade formalizou em Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesses da Sociedade (“Política”), que teve por objetivo consolidar os procedimentos a serem observados nos negócios da Sociedade envolvendo partes relacionadas, bem como em outras situações que envolvam potencial conflito de interesse, conferindo transparência sobre referidos procedimentos aos seus acionistas e ao mercado em geral e garantindo o seu estrito alinhamento aos interesses da Sociedade, sempre consoante às melhores práticas de Governança Corporativa. Em junho de 2018 a Política foi atualizada, seguindo as melhores práticas de mercado, e aprovada pelo Conselho de Administração.

As questões referentes ao conflito de interesses/partes relacionadas devem ser direcionadas ao Comitê de Governança Corporativa para que este, mediante premissas, filtros e mecanismo definidos na Política, recomende o tema para a deliberação do Conselho de Administração. Quando se tratar de assuntos relacionados ao conflito de interesses/partes relacionadas entre os acionistas integrantes do bloco de controle e a Sociedade, o Comitê de Governança Corporativa, em caráter excepcional, será composto por dois Conselheiros independentes, devendo o segundo Conselheiro ser convocado a apreciar a matéria na condição de membro “ad hoc” do Comitê de Governança Corporativa, em substituição aos representantes dos Acionistas Controladores.

Como exemplos práticos, temos (a) a política de incentivos aos bancos aprovada exclusivamente pelos membros independentes do Conselho de Administração e (b) a aprovação da constituição da Cateno (fruto da associação entre a Cielo e Banco do Brasil) realizada exclusivamente pelos conselheiros independentes e membros do Conselho de Administração indicados pelo Banco Bradesco.

Em relação aos órgãos de governança corporativa da Sociedade, o Conselho de Administração, com atuação colegiada, é composto por 11 (onze) membros, os quais não exercem função executiva na Sociedade, sendo 03 (três) deles membros independentes, cuja independência visa especialmente resguardar os interesses da Sociedade e de seus acionistas minoritários. Ao Conselho de Administração compete, entre outras atribuições, fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade, eleger os membros da Diretoria Executiva e fiscalizar sua gestão. Atualmente, a Diretoria Estatutária da Sociedade é composta por 07 (sete) membros e exerce a administração geral da Sociedade, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração. Ademais, como mais uma evidência da aderência da Sociedade às melhores práticas de governança corporativa, o Conselho de Administração possui 5 (cinco) comitês de assessoramento, quais sejam: Comitê de Auditoria, Comitê de Finanças, Comitê de Governança Corporativa, Comitê de Pessoas e Comitê de Sustentabilidade; e a Diretoria Executiva possui 10 (dez) fóruns de assessoramento: Fórum de Risco, Fórum de Risco Emissor, Fórum de Divulgação, Fórum de Ética, Fórum de Gastos, Fórum de Gestão da Continuidade de Negócio, Fórum de Investimento Social e Cultural, Fórum de Preços, Fórum de Projetos e Fórum de Diversidade.

O Conselho Fiscal da Sociedade, órgão independente da administração, está atualmente instalado para supervisionar as atividades da administração e é composto por 05 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, sendo um dos membros efetivos membro independente.

A Sociedade está comprometida com a inclusão dos temas associados à Sustentabilidade em suas práticas, visando assegurar o sucesso do negócio no longo prazo, contribuir para um meio ambiente saudável, uma sociedade mais justa e o desenvolvimento socioeconômico do país.

Para melhor estruturar o atingimento desses compromissos, a Sociedade, em 2017, também revisou seu Plano Estratégico de Sustentabilidade. Aderente ao Planejamento de Negócios da Sociedade, aprovado pela Diretoria-Executiva, pelo Comitê de Sustentabilidade e pelo Conselho de Administração, o plano possibilitou um entendimento mais claro de como a sustentabilidade pode efetivamente agregar valor e impulsionar os negócios da Sociedade, que detém enorme potencial de movimentar a economia brasileira. Ao fim do processo, a estrutura do plano prevê iniciativas de potencial diferenciação no mercado – engajamento de colaboradores para uma cultura de sustentabilidade e estímulo ao empreendedorismo, e reforço às boas práticas já adotadas pela Cielo – gestão ambiental, investimento social privado e gestão de fornecedores críticos do ponto de vista da sustentabilidade.

Comentário do Desempenho

As boas práticas, já implementadas pela Sociedade, se dão no dia a dia, por meio de iniciativas ambientais consistentes, como por exemplo, o estabelecimento de uma estratégia climática, que inclui a realização do Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE) – alinhado às melhores práticas globais, auditado e publicado no Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG Protocol, e a compensação das emissões de carbono; o investimento em projetos sociais que promovem a educação, por meio de ações que contribuam com a melhoria da educação básica e/ ou profissionalizante, e iniciativas que possibilitem a geração de renda e contribuam para o desenvolvimento dos negócios dos micro e pequenos empreendedores.

A geração de valor para a Sociedade e para os públicos com os quais nos relacionamos se dá por meio de uma conduta ética, premissa que orienta e permeia todas as atividades da Sociedade. Por meio do Código de Conduta Ética, a Sociedade busca garantir as melhores práticas corporativas no relacionamento com seus diversos públicos de interesse.

Em consonância com o princípio da transparência, a Sociedade publicou, em abril de 2018, o Relatório de Sustentabilidade 2017, o qual foi elaborado com base nas diretrizes da *Global Reporting Initiative (GRI)*, versão G4, apresentando informações sobre o desempenho em relação aos aspectos mais relevantes para a sustentabilidade do negócio, buscando assim demonstrar sua capacidade de gerar valor e atuar de maneira perene.

Essa agenda de sustentabilidade promove oportunidades de negócios e possibilita vantagens competitivas à Sociedade, percebidas pelo mercado financeiro e por toda a sociedade. Exemplo disso a Sociedade, integra, pelo quinto ano consecutivo, a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), reconhecimento que atesta, dentre as iniciativas da Sociedade, as boas práticas de governança corporativa, gestão de fornecedores – levando em consideração aspectos socioambientais e ações de promoção da qualidade de vida para os colaboradores.

Em 2017, a Sociedade integrou, pelo segundo ano consecutivo, a carteira do *Dow Jones Sustainability Index (DJSI)*, na categoria *World*. Para serem incluídas, as empresas passam por rigoroso processo seletivo, que analisa dados econômicos, desempenho ambiental e social, governança corporativa, gestão de riscos, mitigação da mudança climática, práticas trabalhistas, dentre outras. E, desde 2011, a Sociedade possui American Depositary Receipts (ADRs), nível I, listada no mercado de balcão OTC Nasdaq Internacional.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES

Em consonância com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que, durante o 2T18, a Sociedade contratou os serviços de auditoria independente da KPMG.

A Política da empresa na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Para tanto, a Cielo adota em sua política de contratação de auditores os seguintes princípios internacionalmente aceitos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A Cielo declara que os auditores independentes lhe prestaram serviço não relacionado à auditoria externa durante o primeiro trimestre de 2018, que consiste na asseguarção do Relatório de Sustentabilidade de 2017, na Cielo. A contratação atende ao requisito de governança corporativa da empresa, que determina que toda contratação extraordinária da auditoria independente que audita as suas demonstrações financeiras, direta ou indiretamente, necessita ser previamente avaliada pelo Comitê de Auditoria e autorizada pelo Conselho de Administração. O montante da contratação representa cerca de 2,0% do total dos honorários de auditoria das demonstrações financeiras de 2018 da controladora Cielo, de suas controladas Cateno, Cielo Usa, Merchant e-Solutions, Orizon, Fundos de Investimentos (Fidc's) e da Coligada Stelo.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A Cielo S.A. (“Sociedade” ou “Cielo”) foi constituída no Brasil em 23 de novembro de 1995 e tem como objetivo principal a prestação de serviços relacionados aos cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, incluindo serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços; o aluguel, a instalação e a manutenção de terminais eletrônicos; a coleta de dados e o processamento de transações eletrônicas e manuais.

A Cielo é uma sociedade por ações com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo. Suas ações foram admitidas à negociação na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob a sigla “CIEL3”, e junto com suas subsidiárias integram os grupos do Banco do Brasil e Bradesco.

As controladas diretas e indiretas da Sociedade, controladas em conjunto (“joint ventures”) e coligada, que junto à Cielo também são designadas como “Grupo” ao longo deste relatório, prestam serviços relacionados a meios de pagamentos ou complementares aos serviços de adquirência, tais como prestação de serviços de processamento de meios de pagamentos envolvendo cartões, serviços de manutenção e contatos com estabelecimentos comerciais para aceitação de cartões de crédito e de débito, transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, processamento de transações eletrônicas, serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet, processamento de informações e serviços de suporte para as empresas da área médica.

Eventos significativos do trimestre

No trimestre findo em 30 de junho de 2018 ocorreram, principalmente, os seguintes eventos que alteraram as demonstrações financeiras da Sociedade:

- *Redução no lucro líquido da Cielo no montante de R\$ 176.747, que saiu de R\$ 994.254 no segundo trimestre de 2017 para R\$ 817.507 no segundo trimestre de 2018;*
- *Em AGE realizada em 20 de abril de 2018, foi aprovado o aumento de capital da Sociedade no montante de R\$ 1.000.000 a partir do saldo proveniente da reserva de orçamento de capital;*
- *Em 30 de abril de 2018 houve pagamento da 3ª parcela do principal das debêntures públicas no montante de R\$ 1.533.336 e de juros no montante de R\$ 54.339.*

2 Principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade, base de elaboração e de apresentação

As informações contábeis intermediárias individuais (controladora) e consolidadas da Sociedade foram elaboradas de acordo com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting” e com as demais normas internacionais de relatório financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Notas Explicativas

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade, e foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis adotadas.

As práticas contábeis aplicadas na preparação destas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, são as mesmas utilizadas no exercício anterior, divulgadas na nota explicativa nº 2 das Demonstrações Financeiras da Sociedade e suas controladas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, aprovadas e publicadas em 01 de fevereiro de 2018 e disponibilizadas no site da CVM, exceto pelas práticas descritas na nota explicativa 2.3 destas informações contábeis intermediárias. Portanto, as correspondentes informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

2.2 Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A preparação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Sociedade e de suas controladas que impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas no período demonstrado. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa (sobre contas a receber de aluguel de equipamentos de captura de transação), imposto de renda e contribuição social diferidos, instrumentos financeiros, redução ao valor recuperável do ágio e provisão para riscos e determinação do valor justo de instrumentos financeiros. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Sociedade e suas controladas revisam as estimativas e premissas no mínimo anualmente.

2.3 Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas

O Grupo adotou inicialmente a IFRS - 15 Receitas de Contratos com Clientes e a IFRS 9 - Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, sem efeito material nas demonstrações financeiras do Grupo.

a. *IFRS 09 – Instrumentos Financeiros:*

Introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros e substitui o modelo de “perda incorrida” do IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de impairment aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações).

No quadro abaixo, demonstramos os impactos para a Sociedade quanto à classificação de seus ativos e passivos financeiros, a partir dos requisitos da IFRS 9:

Notas Explicativas

<u>Ativo / Passivo Financeiro</u>	<u>Classificação anterior</u>	<u>Classificação IFRS 9</u>
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Valor justo através do resultado
Contas a receber operacionais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a receber com partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Fundo de investimento em direitos creditórios	Ativos financeiros disponíveis para venda	Valor justo através do resultado
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Contas a pagar a estabelecimentos	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Contas a pagar com partes relacionadas	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)	Valor justo por meio do resultado	Valor justo através do resultado
Empréstimos e financiamentos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos (<i>hedge accounting</i>)	Valor justo por meio do resultado	Valor justo através do resultado

Após as análises realizadas, a Sociedade não identificou efeitos significativos da adoção desta norma nas Demonstrações Financeiras.

b. IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes:

Introduz novas exigências para o reconhecimento da receita de bens e serviços, sendo que a receita é reconhecida quando um cliente obtém o controle dos bens ou serviços adquiridos. A IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida, substituindo o IAS 18 - Receitas e interpretações relacionadas.

Após as análises realizadas, a Sociedade não identificou efeitos significativos da adoção desta norma nas Demonstrações Financeiras, uma vez que, as receitas provenientes de contratos com clientes já são registradas deduzidas de descontos comerciais, bonificações concedidas e outras deduções similares. Adicionalmente, não foram identificados impactos decorrentes de possível alteração do momento de reconhecimento da receita, dado que o controle e todos os direitos e benefícios decorrentes da prestação dos serviços da Sociedade fluem para o cliente no momento da realização da transação ou na auferição do benefício do próprio serviço.

2.4 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A nova IFRS emitida pelo IASB e ainda não em vigor corresponde a:

c. IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil:

Requer o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais nos mesmos formatos dos arrendamentos mercantis financeiros (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019). A Sociedade está avaliando os efeitos da adoção desta norma nas Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas

2.5 Regulamentação do Banco Central do Brasil (BACEN)

A Cielo obteve, em 27 de abril de 2017, autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento na modalidade credenciadora (“Autorização”), concedida pelo “BACEN”, conforme publicação no Diário Oficial da União.

A Autorização decorre da Lei nº 12.865/2013 e de um conjunto de normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e pelo Banco Central, que definem o novo marco regulatório aplicável aos arranjos de pagamento e instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (“SPB”), incluindo a atividade de credenciamento de estabelecimentos comerciais, conforme desenvolvida pela Sociedade. Este conjunto de normas têm por objetivo principal modernizar os instrumentos de pagamentos com foco na eficiência e segurança do SPB, sendo que sua aplicação, bem como a supervisão das chamadas instituições de pagamento (tal qual a Sociedade) passa a ser de responsabilidade do Banco Central.

Em razão da Autorização, a Sociedade passou a observar regras comuns aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do SPB, devendo adotar procedimentos e controles internos relativos às suas atividades de credenciamento, incluindo a elaboração e divulgação de demonstrações financeiras observando os critérios e regras contábeis definidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - “COSIF”.

Adicionalmente, em razão do novo marco regulatório aplicável às instituições de pagamento integrantes do SPB e da concessão da Autorização, houve mudança no modelo de operação da Sociedade, no qual a Cielo assumiu condição de devedora, garantindo o pagamento ao estabelecimento comercial desde o momento da realização da transação, e não mais de repassadora dos valores, passando a reconhecer contabilmente (i) como um ativo, o direito de receber o valor de compra de produtos e serviços das instituições emissoras de cartões (*contas a receber de emissores*); e, em contrapartida, (ii) como um passivo, a obrigação de pagar o valor de transações de compra de produtos e serviços realizadas com cartões aos estabelecimentos comerciais credenciados pela Sociedade (*contas a pagar a estabelecimentos*), já líquida do desconto a título de remuneração pelos serviços de captura, processamento e liquidação das transações.

Ressalta-se, ainda, que no intuito de aprimorar a eficiência do SPB e em atendimento à regulamentação emitida pelo Banco Central, a Sociedade implementou, em novembro de 2017, a sistemática da compensação e liquidação das transações de forma centralizada por meio da Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP).

3 Informações intermediárias consolidadas

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações contábeis intermediárias da Sociedade e de suas controladas. Quando necessário, as informações contábeis intermediárias das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo.

Para as controladas e fundos de investimentos (FIDCs e FIC) foi aplicado o conceito de consolidação integral, o qual trata os investimentos em controladas para reconhecer a totalidade de seus ativos, passivos, receitas e despesas na controladora, tornando-se, assim, necessário o reconhecimento da participação de outros acionistas que não a Cielo. Mudanças de participação societária em investimentos em controladas que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transação de capital entre sócios, e qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores tiver sido ajustada e o valor justo da quantia recebida

Notas Explicativas

ou paga é reconhecida diretamente no patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora.

Nas informações contábeis intermediárias individuais da Sociedade, as informações financeiras das controladas, controladas em conjunto e coligada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as seguintes controladas, controladas em conjunto e coligada, diretas e indiretas, e fundos de investimentos:

Empresas	Participação no capital social (%)		Atividades principais
	30/06/2018	31/12/2017	
Participação direta em controladas e FIDC:			
Servinet Serviços Ltda. ("Servinet")	99,99	99,99	Prestação de serviços de manutenção e contato com estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões de crédito e de débito.
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. ("Cateno")	70,00	70,00	Prestação de serviços de processamento de meios de pagamentos envolvendo cartões de crédito, débito, múltiplos, de bandeira privada e pré-pagos (não incluindo a administração de cartões de crédito).
Cielo USA, Inc. ("Cielo USA")	100,00	100,00	Participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista.
Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. ("Multidisplay")	91,44	91,44	Prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular.
Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda. ("Braspag")	99,99	99,99	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, processamento de transações eletrônicas, e serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet.
Aliança Pagamentos e Participações Ltda. ("Aliança")	99,99	99,99	Prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção de contatos com estabelecimentos comerciais e participação em outras sociedades como sócia ou acionista.
Cielo Cayman Island ("Cielo Cayman")	100,00	100,00	Participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista. A Cielo Cayman não realizou qualquer atividade operacional, não operacional, patrimonial ou financeira no período findo em 30 de junho de 2018.
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Cielo ("FIDC")	100,00	100,00	Aquisição de direitos creditórios elegíveis provenientes de transações de pagamento operacionalizadas no sistema de aquisição da Cielo e demais ativos financeiros.
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo ("FIDC Plus") (*)	73,47	-	Aquisição de direitos creditórios elegíveis provenientes de transações de pagamento operacionalizadas no sistema de aquisição da Cielo e demais ativos financeiros.
Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimentos ("FIC")	100,00	100,00	Fundo destinado à aplicação em ativos financeiros com prazo indeterminado de duração.
Participação indireta em controladas:			
M4Produtos e Serviços S.A. ("M4Produtos")	91,44	91,44	Prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular, transporte pré-pago, e serviços de pagamento móvel.
Merchant e-Solutions, Inc. ("Me-S")	100,00	100,00	Prestação de serviços relacionados à viabilização de pagamentos eletrônicos com cartões de crédito e débito.

Notas Explicativas

Participação direta em empresas com controle compartilhado classificadas como “joint-venture”:

Companhia Brasileira de Gestão de Serviços. (“Orizon”)	40,95	40,95	Processamento de informações para as empresas de saúde, gestão de serviços de suporte (“back office”) para operadoras de saúde, prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica entre operadoras de saúde e prestadores de serviços médicos e hospitalares e quaisquer outros agentes do sistema de saúde suplementar e drogarias.
Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. (“Paggo”)	50,00	50,00	Prestação de serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões de crédito e de débito, mediante captura, transmissão, processamento dos dados e liquidação das transações eletrônicas.

Participação indireta em empresas com controle compartilhado classificadas como “joint-venture”:

Prevsauúde Comercial de Produtos e de Benefícios de Farmácia Ltda. (“Prevsauúde”)	40,95	40,95	Prestação de serviços de benefício farmacêutico, voltados para o atendimento de clientes corporativos, planos de saúde, clientes públicos e grandes laboratórios.
Guilher Comércio, Importação, Exportação e Distribuição de Medicamentos e Tecnologia para Saúde Ltda. (“Guilher”)	40,95	40,95	Importação, exportação, distribuição, e comercialização de medicamentos e insumos farmacêuticos, produtos e equipamentos de tecnologia para saúde.

Participação indireta em coligada:

Stelo S.A. (“Stelo”)	30,00	30,00	Facilitadora para pagamentos online e carteira digital, tanto para o mundo físico quanto para o comércio eletrônico.
----------------------	-------	-------	--

(*) Fundo constituído em 30 de setembro de 2017 (vide nota explicativa 6, item b)

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Taxa média ponderada a.a.	Controladora		Consolidado	
		30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Caixa e bancos:					
Moeda nacional		13.614	3.650	13.974	4.362
Moeda estrangeira		1.541	11.513	568.488	487.884
Aplicações financeiras:					
Debêntures compromissadas	99,43% do DI	12.146	269.191	232.236	686.560
Certificados de Depósito Bancário - CDB	100,34% do DI	248.173	198	266.819	28.341
Fundo Corporativo – BB Amplo LP FICFI	99,69% do DI	1.397.013	3.624.969	3.237.084	4.812.227
Outros		-	-	120.571	4.823
Total		1.672.487	3.909.521	4.439.172	6.024.197

Os saldos da rubrica “Caixa e bancos” são constituídos por valores disponíveis em contas bancárias no Brasil e no exterior.

As aplicações financeiras mencionadas têm liquidez imediata e seus valores contabilizados não diferem dos valores de mercado.

Notas Explicativas

5 Contas a receber operacionais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Contas a receber de emissores (a)	58.070.545	64.877.886	58.060.321	64.867.617
Aquisição de recebíveis (b)	59	948	209	1.059
Valores a receber de transações financeiras processadas (c)	-	-	413.811	167.013
Valores a receber de intercâmbio dos estabelecimentos comerciais (d)	-	-	171.168	133.912
Valores a receber de comissões de estabelecimentos comerciais (e)	-	-	396.122	422.754
Trava de domicílio bancário (f)	18.540	11.820	18.540	11.820
Serviço de captura e processamento de cartões de vale-refeição e vale-transporte (g)	20.494	6.261	20.494	6.261
Contas a receber de serviços de “mobile payment” (h)	-	-	114.715	117.500
Contestações de portadores de cartões de crédito - “chargeback” (i)	30.835	38.208	30.836	38.208
Outras contas a receber	10.832	7.201	10.833	7.201
Total	58.151.305	64.942.324	59.237.049	65.773.345

- (a) Correspondem aos valores a receber de bancos emissores decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito feitas pelos portadores de cartões, já liquidos das antecipações com bancos emissores. A Sociedade pode efetuar antecipação dos valores para geração de capital de giro de curto prazo. Essas antecipações possuem prazo médio de aproximadamente seis dias úteis. Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, não há saldos de antecipações com emissores.
- (b) O saldo corresponde às aquisições de recebíveis realizadas pela Sociedade e pelos FIDCs de estabelecimentos comerciais, referentes às transações de cartões de crédito, que serão recebidas dos bancos emissores em até 360 dias da data da aquisição, líquido da receita com aquisição de recebíveis a ser apropriada na fluência dos prazos das operações, uma vez que está relacionada à aquisição de recebíveis por vendas a crédito à vista e parcelado, cujo vencimento original ocorre após as datas dos balanços. A partir do novo marco regulatório (vide nota explicativa nº 2.5), a Cielo assumiu a condição de devedora dos recebíveis adquirido pelos FIDCs, cujo montante foi eliminado no Consolidado.
- (c) Correspondem a saldos a receber registrados na controlada Me-S. São representados por valores devidos pelos membros das associações de cartões por transações processadas que foram autorizadas, mas ainda não recebidas pela Me-S até as datas dos balanços. Os valores a receber são normalmente recebidos no dia útil seguinte à data da captura das transações. As associações de cartões remetem à Me-S os valores devidos aos estabelecimentos comerciais para processamento líquido da taxa de intercâmbio retida pelos bancos emissores.
- (d) São representados pelos valores a receber referentes às taxas de intercâmbio e taxas dos serviços cobrados pelo processamento das transações a receber dos estabelecimentos comerciais, resultado da prática adotada pela Me-S de liquidar as transações pelos valores integrais aos estabelecimentos e de coletar essas taxas no início do mês seguinte.
- (e) O saldo corresponde às comissões auferidas pela controlada Cateno decorrentes dos serviços de gestão de contas de pagamento no Arranjo de Pagamento Ourocard.
- (f) A Sociedade oferece aos bancos emissores o serviço de trava de domicílio bancário (mediante autorização prévia do estabelecimento comercial) para bloquear qualquer transferência de recebíveis do estabelecimento para outro banco. Por esse serviço a Sociedade recebe comissão a qual é liquidada no mês subsequente à solicitação da trava de domicílio bancário pelos bancos emissores.
- (g) Contas a receber decorrentes da prestação de serviços de captura e processamento de cartões de vale-refeição, vale-transporte e correlatos.
- (h) Contas a receber referentes a serviços de pagamentos eletrônicos por meio de aparelhos celulares e venda de créditos telefônicos com cartões de crédito e débito.
- (i) Correspondem substancialmente a saldos a receber de transações contestadas pelos portadores de cartão de crédito e que se encontram em avaliação pela Controladora nas respectivas datas de balanço. (“chargeback”).

O saldo da rubrica “Contas a receber operacionais”, por período de vencimento, está apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
A vencer	58.120.470	64.904.116	59.206.214	65.735.137
Vencidos até 45 dias	30.835	38.208	30.835	38.208
Total	58.151.305	64.942.324	59.237.049	65.773.345

6 Fundo de investimento em direitos creditórios

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Cielo (“FIDC”) iniciou suas atividades em 05 de agosto de 2016 sob a forma de condomínio aberto, exclusivo e com prazo indeterminado e o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo (“FIDC Plus”) iniciou suas atividades em 28 de julho de 2017 sob a forma de condomínio fechado, restrito a investidores profissionais e com prazo indeterminado. Ambos são regidos pela Resolução CMN nº 2.907/01, pelas Instruções CVM nº 356/01 e CVM nº 444/06, pelos termos do Regulamento e pelas demais

Notas Explicativas

disposições legais e regulamentares aplicáveis. A partir de 31 de julho de 2017, o FIDC não realizou novas aquisições de recebíveis.

Os rendimentos das cotas sênior e mezanino do FIDC Plus são amortizados mensalmente, sendo possível amortização extraordinária para cotas mezaninos e subordinadas desde que mantido o índice de subordinação mínimo de 20%. A agência Fitch Ratings atribuiu à quota sênior o rating de risco “AAA”.

Os fundos têm por objetivo proporcionar aos cotistas a valorização das cotas por meio de investimento de seus recursos preponderantemente em direitos creditórios provenientes de transações de pagamento realizadas por usuários finais, com a utilização de instrumentos de pagamento para aquisição de bens, produtos e serviços nos estabelecimentos comerciais, operacionalizados no sistema de adquirencia Cielo, observadas as demais regras e normas aplicáveis à matéria.

Os FIDCs devem manter após 90 (noventa) dias do início das atividades, no mínimo 50% de seu patrimônio líquido na aquisição de direitos creditórios elegíveis.

Os direitos creditórios são avaliados pelo valor de aquisição e remunerados com base na taxa interna de retorno (TIR) dos contratos, pelo critério *pro rata temporis*. A taxa interna é calculada com base no valor de aquisição, valor de vencimento e prazo de recebimentos dos direitos creditórios.

A estrutura de patrimônio do FIDC e FIDC Plus em 30 de junho de 2018 está demonstrada a seguir:

	Quantidade de cotas	Valor total das cotas	Participação Cielo	Participação de Terceiros
FIDC	1.478	2.539	2.539	-
FIDC Plus				
Senior	2.000.000	4.001.013	2.000.507	2.000.506
Mezanino	500.000	500.135	500.135	-
Subordinada	3.037.377	4.443.130	4.443.129	-
Total – FIDC Plus	5.537.377	8.944.278	6.943.771	2.000.506
Total			6.946.310	2.000.506

Os balanços patrimoniais em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 estão assim demonstrados:

	30/06/2018			31/12/2017		
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido
FIDC	2.834	295	2.539	542.539	1.193	541.346
FIDC Plus	8.944.658	380	8.944.278	8.740.250	2.850	8.737.400
Total	8.947.492	675	8.946.817	9.282.789	4.043	9.278.746

As demonstrações de resultado dos fundos nos períodos findos em 30 de junho de 2018 e de 2017 são apresentadas a seguir:

Notas Explicativas

30/06/2018					
	Receita aquisição de recebíveis	Rendimento das cotas	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro do semestre	Lucro do trimestre
FIDC	20.454	2.908	(1.171)	22.191	1.527
FIDC Plus	888.517	25.391	(687)	913.221	436.377

30/06/2017					
	Receita aquisição de recebíveis	Rendimento das cotas	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro do semestre	Lucro do trimestre
FIDC	1.197.172	-	(1.295)	1.195.876	590.249

7 Imposto de renda, contribuição social e outros tributos

a. Imposto de renda e contribuição social - Diferidos

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões temporariamente indedutíveis, e estão classificados no ativo não circulante e passivo não circulante, de acordo com a expectativa de realização do crédito.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos - Ativo

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Diferenças temporárias:				
Provisão para riscos	580.596	581.796	586.004	586.575
Provisão para despesas diversas	126.446	232.360	234.175	349.708
Provisões para perdas	85.165	74.949	85.165	74.949
Total	792.207	889.105	905.344	1.011.232

Composição do imposto de renda diferido - Passivo constituído em empresas no exterior

	Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017
Diferenças temporárias:		
Valor justo dos ativos intangíveis da Me-S, adquirida em 2012	109.969	171.088
Outras diferenças temporárias	18.175	23.424
Total	128.144	194.512

Conforme melhor estimativa da Administração, os créditos tributários constituídos sobre provisão para despesas diversas, provisão para perdas com equipamentos de captura de transações e provisão com créditos incobráveis e fraude, no montante de R\$ 211.611 (R\$ 319.340 no consolidado) serão realizados, principalmente, nos próximos 12 meses. A parcela dos créditos tributários sobre provisões para riscos, no montante de R\$ 580.596 na controladora (R\$ 586.004 no consolidado), serão realizadas quando do desfecho final de cada ação, estimado parcialmente em até 5 anos, exceto em relação a 25,54% na controladora (27,31% no consolidado) das

Notas Explicativas

provisões para riscos trabalhistas, cuja estimativa de realização é em até 10 anos, conforme andamento processual descrito na nota explicativa nº 14.

b. Imposto de renda e contribuição social - Correntes

A seguir está demonstrada a taxa efetiva do imposto de renda e da contribuição social para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2018 e de 2017:

	Controladora				Consolidado			
	Período de três meses		Período de seis meses		Período de três meses		Período de seis meses	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.100.289	1.360.073	2.444.127	2.728.778	1.240.038	1.476.063	2.639.911	2.961.587
Alíquotas vigentes - %	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(374.098)	(462.425)	(831.003)	(927.785)	(421.613)	(501.861)	(897.570)	(1.006.940)
Benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio	55.046	54.332	106.250	110.602	55.046	54.332	106.250	110.602
Benefício fiscal de P&D	3.091	5.276	9.387	11.977	3.091	5.276	9.387	11.977
Equivalência patrimonial	37.269	36.166	98.853	68.712	195	(287)	2.760	1.226
Redução de Alíquota de Imposto de Renda EUA (a)	-	-	-	-	-	-	75.113	-
Efeito sobre diferenças permanentes, líquidas	(4.090)	832	(3.057)	3.734	(6.414)	6.969	(8.517)	7.874
Imposto de renda e contribuição social	(282.782)	(365.819)	(619.570)	(732.760)	(369.695)	(435.571)	(712.577)	(875.261)
Correntes	(191.362)	(289.813)	(522.672)	(707.248)	(345.686)	(376.213)	(676.177)	(872.222)
Diferidos	(91.420)	(76.006)	(96.898)	(25.512)	(24.009)	(59.358)	(36.400)	(3.039)

(a) Redução de alíquota de imposto de renda EUA - Efeito da reforma tributária americana sobre as controladas Me-s e Cielo USA, com redução da alíquota federal de imposto de renda de 35% para 21%.

Os incentivos para Atividades Culturais e Artísticas (“Lei Rouanet”), Desportivas e para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente e Fundo do Idoso são registradas na rubrica “Despesa de imposto de renda - corrente”. Os incentivos fiscais registrados como despesa de imposto de renda - corrente, na controladora e no consolidado, totalizaram R\$ 13.826 e R\$ 14.556 respectivamente no semestre findo em 30 de junho de 2018 (R\$ 20.596 na controladora e R\$ 21.431 no consolidado no semestre findo em 30 de junho de 2017).

c. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Imposto de renda e contribuição social, líquidos de antecipações	75.239	134.020	103.387	197.924
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins	16.482	31.110	29.291	50.252
Imposto Sobre Serviços – ISS	38.222	4.689	75.855	12.539
Programa de Integração Social - PIS	3.253	6.332	6.090	10.594
Outros tributos a recolher	9.805	11.609	12.663	15.645
Total	143.001	187.760	227.286	286.954

A partir de 2018, após alterações da Lei Complementar nº 157/16, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (“ISS”) passou a ser devido no município onde os estabelecimentos comerciais, tomadores dos serviços relativos a meios de pagamento, estão domiciliados. Em março de 2018, a eficácia do 1º artigo da Lei Complementar nº 157/16 foi suspensa em decorrência de liminar deferida pelo Exmo. Ministro do STF Alexandre de Moraes. A Sociedade tem atuado nas discussões em conjunto com as associações de indústria, os demais contribuintes abrangidos e representantes dos municípios brasileiros, com o objetivo de prover meios para viabilizar a aplicação adequada da nova legislação. Adicionalmente, com a suspensão da Lei

Notas Explicativas

Complementar nº 157/16 e o restabelecimento da legislação anterior, a Sociedade, com base na opinião de seus assessores jurídicos, voltou a recolher o ISS no município em que está domiciliado, bem como reverteu a estimativa de ISS provisionada nos termos da Lei Complementar 157/16, desde a suspensão desta.

8 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Em controladas	9.861.498	9.618.370	-	-
Em controladas em conjunto	115.324	110.357	154.611	110.357
Ágio na aquisição de investimentos	56.799	56.799	10.143	10.143
Total	10.033.621	9.785.526	164.754	120.500

O detalhamento da natureza dos ágios gerados na aquisição de investimentos registrados na rubrica de investimentos não sofreu alterações em relação ao divulgado na nota explicativa nº 10 - Intangível, item (a) Ágio na aquisição de investimentos nas Demonstrações Financeiras da Sociedade em 31 de dezembro de 2017.

Na consolidação das demonstrações financeiras, para as controladas diretas Multidisplay, Braspag e Cielo USA, bem como para as controladas indiretas M4Produtos e Me-S, foram utilizadas as informações contábeis de 31 de maio de 2018 para efeito de cálculo dos investimentos em 30 de junho de 2018. Dessa forma, os resultados da equivalência patrimonial se referem ao período de seis meses findo em 31 de maio de 2018.

A Sociedade possui investimentos em controladas no exterior cujas demonstrações contábeis foram originalmente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas nos Estados Unidos da América (“U.S. GAAP”). Não são efetuados ajustes às demonstrações contábeis das controladas no exterior, uma vez que não há diferenças relevantes em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil.

As principais informações sobre as controladas diretas, indiretas, controladas em conjunto (“*joint ventures*”) e coligada referentes ao valor de investimento e o resultado de equivalência patrimonial registrados nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão demonstradas no quadro abaixo:

Notas Explicativas

% de Participação	30/06/2018									
	Período de seis meses					30/06/2018				
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receitas Líquidas	Lucro Bruto	Lucro operacional antes do resultado financeiro	Lucro Líq / (Prejuízo)	Equivalência patrimonial do trimestre	Equivalência patrimonial do semestre	Investimento
Controladas:										
Servinet	73.712	38.783	34.929	75.551	74.355	4.238	3.034	1.544	3.034	34.929
Multidisplay (*)	114.615	63.794	50.821	266.817	13.004	13.661	12.857	8.810	11.757	47.878
Braspag	37.595	3.017	34.578	16.977	8.865	911	899	(642)	898	34.577
Cielo USA	2.824.029	1.665.859	1.158.170	-	(46.626)	(24.071)	29.415	(22.174)	29.415	1.158.170
Cateno	12.552.504	361.044	12.191.460	1.279.405	516.920	461.403	338.910	121.352	237.237	8.534.022
Aliança	52.493	570	51.923	2.319	2.347	3.288	3.443	(2.055)	3.442	51.922
Subtotal	15.654.948	2.133.067	13.521.881	1.641.069	568.865	459.430	388.558	106.835	285.783	9.861.498
Controladas em conjunto:										
Orizon (**)	312.588	16.608	295.980	70.149	23.925	9.576	12.146	2.787	4.975	115.324
Paggo	197	210	(13)	-	-	(37)	(28)	(6)	(14)	-
Subtotal	312.785	16.818	295.967	70.149	23.925	9.539	12.118	2.781	4.961	115.324
Total Controladora								109.616	290.744	9.976.822
Coligada:										
Stelo	189.185	58.225	130.960	1.924	(6.815)	(29.486)	(19.460)	(2.208)	3.158	39.287
Controladas indiretas:										
M4Produtos	130.413	108.503	21.910	62.231	37.339	15.180	10.879	7.863	9.947	20.035
Mc-S	1.449.151	818.148	631.003	864.655	199.909	12.255	22.555	6.032	22.555	631.003
Controladas em conjunto indiretas:										
Prevsatde	13.790	1.061	12.730	4.412	3.062	2.707	2.350	478	962	5.213
Guilher	14.565	13.327	1.238	3.584	160	(203)	260	44	106	507

(*) O investimento mantido pela Cielo contempla ajuste realizado no patrimônio líquido da controlada Multidisplay em decorrência da reserva especial de água gerada pelo processo de reestruturação societária em que a Servrede foi incorporada pela sua entidade controlada Multidisplay, no montante de R\$16.439.

(**) O valor de R\$5.880 não está refletido no investimento, pois é referente ao ganho não realizado por aporte de capital com água inicialmente refletido na CBGS Ltda., e, devido à incorporação, foi transferido para a controlada indireta CBGS. Em novembro de 2009, a CBGS foi incorporada por sua entidade controlada Orizon.

Notas Explicativas

	31/12/2017		30/06/2017				31/12/2017				
	Período de doze meses		Período de seis meses				30/06/2017				
	% de Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receitas Líquidas	Lucro Bruto	Lucro operacional antes do resultado financeiro	Lucro Líq / (Prejuízo)	Equivalência patrimonial do trimestre	Equivalência patrimonial do semestre	Investimento
Controladas:											
Servinet	99,99	77.647	45.752	31.894	68.090	67.099	3.694	3.001	1.528	3.001	31.894
Multidisplay (*)	91,44	108.174	40.197	67.977	234.772	12.226	13.899	14.071	7.453	12.867	63.568
Braspag	99,99	40.005	6.325	33.680	15.670	9.240	247	(2.882)	395	(2.882)	33.678
Cielo USA	100,00	2.465.688	1.505.215	960.473	-	(43.058)	(29.191)	(22.537)	(8.549)	(22.536)	960.473
Cateno	70,00	12.568.710	384.772	12.183.938	1.216.176	432.561	382.292	297.011	106.257	207.907	8.528.757
Aliança	99,99	4.057	4.057	-	2.429	2.451	(4.579)	(4.581)	(4.581)	(4.581)	-
Subtotal Controladas em conjunto:		15.264.281	1.986.318	13.277.962	1.537.137	480.519	366.362	284.083	102.503	193.776	9.618.370
Orizon (**)	40,95	303.761	19.927	283.834	73.875	29.542	16.195	20.348	3.874	8.331	110.350
Paggo	50,00	225	210	15	-	-	(28)	(28)	(7)	(14)	7
Subtotal		303.986	20.137	283.849	73.875	29.542	16.167	20.320	3.867	8.317	110.357
Total Controladora									106.370	202.093	9.728.727
Coligada:											
Stelo	30,00	135.540	138.002	(2.462)	251	(4.441)	(26.250)	(10.151)	(4.712)	(4.712)	-
Controladas indiretas:											
M4Produtos	91,44	140.120	114.779	25.341	66.408	38.932	18.997	13.342	7.037	12.200	23.172
Me-S	100,00	1.057.342	520.192	537.150	797.107	189.466	22.393	13.753	7.469	13.753	537.150
Controladas em conjunto indiretas:											
Prevsaude	40,95	11.772	1.393	10.379	5.878	4.237	3.863	4.299	909	1.760	4.250
Guilher	40,95	10.502	9.524	978	3.460	334	(131)	289	(4)	118	401

(*) O investimento mantido pela Cielo contempla ajuste realizado no patrimônio líquido da controlada Multidisplay em decorrência da reserva especial de ágio gerada pelo processo de reestruturação societária em que a Servrede foi incorporada pela sua entidade controlada Multidisplay, no montante de R\$16.439.

(**) O valor de R\$5.880 não está refletido no investimento, pois é referente ao ganho não realizado por aporte de capital com ágio inicialmente refletido na CBGS Ltda., e, devido à incorporação, foi transferido para a controlada indireta CBGS. Em novembro de 2009, a CBGS foi incorporada por sua entidade controlada Orizon.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os ágios gerados na aquisição de investimentos no balanço individual e os ágios gerados na aquisição de investimentos das controladas em conjunto e coligada no balanço consolidado, conforme descrito na nota explicativa 10 (na Demonstração Financeira de 31 de dezembro de 2017), estão registrados na rubrica de investimentos, conforme composição analítica apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Multidisplay	20.690	20.690	-	-
Braspag	25.966	25.966	-	-
Orizon	10.143	10.143	10.143	10.143
Total	56.799	56.799	10.143	10.143

A movimentação dos investimentos nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	9.809.287	104.355
Variação cambial sobre investimento no exterior	13.947	-
Dividendos recebidos:		
Multidisplay	(32.918)	-
Orizon	(4.465)	(4.465)
Cateno	(212.227)	-
Resultado com equivalência patrimonial	202.093	3.605
Constituição de provisão para obrigações com investidas	1.619	4.712
Saldo em 30 de junho de 2017	9.777.336	108.207
Saldo em 31 de dezembro de 2017	9.785.526	120.500
Variação cambial sobre investimento no exterior	168.281	-
Dividendos recebidos:		
Multidisplay	(27.445)	-
Cateno	(231.971)	-
Aporte de Capital – Aliança	55.000	-
Aporte de Capital – Stelo	-	55.105
Resultado com equivalência patrimonial	290.744	8.119
Provisão/Reversão para obrigações com investidas (*)	(6.514)	(18.970)
Saldo em 30 de junho de 2018	10.033.621	164.754

(*) Refere-se a investimento com patrimônio líquido negativo, reconhecido na rubrica de Outras Obrigações.

9 Imobilizado

	Taxa anual de depreciação - %	Controladora			
		30/06/2018		31/12/2017	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos de captura de transações	33	1.481.249	(1.130.550)	350.699	360.871
Equipamentos de processamento de dados	20	178.300	(123.239)	55.061	52.254
Máquinas e equipamentos	10 - 20	29.362	(23.822)	5.540	6.249
Instalações	10	48.306	(13.361)	34.945	37.360
Móveis e utensílios	10	13.106	(5.086)	8.020	6.843
Veículos	20	378	(378)	-	18
Total		1.750.701	(1.296.436)	454.265	463.595

Notas Explicativas

	Taxa anual de depreciação - %	Consolidado			
		30/06/2018		31/12/2017	
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos de captura de transações	33	1.482.223	(1.131.181)	351.042	361.194
Equipamentos de processamento de dados	20	221.726	(155.122)	66.604	64.868
Máquinas e equipamentos	10 - 20	51.721	(33.382)	18.339	18.434
Instalações	10	86.057	(28.569)	57.488	57.303
Móveis e utensílios	10	20.938	(8.303)	12.635	10.747
Veículos	20	476	(453)	23	50
Total		1.863.141	(1.357.010)	506.131	512.596

A movimentação do imobilizado nos semestres findos 30 de junho de 2018 e de 2017 é como segue:

	Controlada				
	31/12/2017	Adições	(Baixas/Perdas)/ Reversões Estimadas	(Depreciações)	30/06/2018
Equipamentos de captura de transações	360.871	121.590	(3.406)	(128.356)	350.699
Equipamentos de processamento de dados	52.254	14.850	-	(12.043)	55.061
Máquinas e equipamentos	6.249	298	-	(1.007)	5.540
Instalações	37.360	-	-	(2.415)	34.945
Móveis e utensílios	6.843	1.772	-	(595)	8.020
Veículos	18	-	-	(18)	-
Total	463.595	138.510	(3.406)	(144.434)	454.265
	31/12/2016	Adições	(Baixas/Perdas)/ Reversões Estimadas	(Depreciações)	30/06/2017
Total	586.401	77.955	1.600	(185.005)	480.951

	Consolidado					
	31/12/2017	Adições	(Baixas/ Perdas)/ Reversões Estimadas	(Depreciações)	Variação cambial	30/06/2018
Equipamentos de captura de transações	361.194	121.788	(3.472)	(128.497)	29	351.042
Equipamentos de processamento de dados	64.868	15.742	(25)	(15.399)	1.418	66.604
Máquinas e equipamentos	18.434	514	-	(2.303)	1.694	18.339
Instalações	57.303	4.515	-	(4.330)	-	57.488
Móveis e utensílios	10.747	2.742	-	(940)	86	12.635
Veículos	50	-	-	(27)	-	23
Total	512.596	145.301	(3.497)	(151.496)	3.227	506.131
	31/12/2016	Adições	(Baixas/ Perdas)/ Reversões Estimadas	(Depreciações)	Variação cambial	30/06/2017
Total	640.099	84.266	1.270	(190.849)	(974)	533.812

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 estão contabilizadas no imobilizado perdas estimadas de equipamentos de captura de transações, nos montantes de R\$ 20.405 e R\$ 21.964, respectivamente.

10 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Ágio na aquisição de investimentos	-	-	1.850.601	1.598.011
Outros ativos intangíveis	395.341	383.702	11.357.324	11.505.385
Total	395.341	383.702	13.207.925	13.103.396

Notas Explicativas

a. Ágio na aquisição de investimentos

Em 30 de junho de 2018, os ágios gerados na aquisição de investimentos das controladas são registrados na rubrica de intangíveis no balanço consolidado, conforme composição analítica apresentada a seguir:

	Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017
Multidisplay	29.048	29.699
Braspag	30.033	31.317
Me-S	1.791.520	1.536.995
Total	1.850.601	1.598.011

A movimentação do saldo de ágio nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017 é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.579.097
Variação cambial	22.813
Realização de benefício fiscal sobre ágio	(1.761)
Saldo em 30 de junho de 2017	1.600.149
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.598.011
Variação cambial	254.524
Realização de benefício fiscal sobre ágio	(1.934)
Saldo em 30 de junho de 2018	1.850.601

b. Outros ativos intangíveis

A composição analítica de outros intangíveis está apresentada a seguir:

	Taxa anual de amortização - %	Controladora			
		30/06/2018			31/12/2017
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software	20	590.338	(308.862)	281.476	268.605
Desenvolvimento de projetos	20	138.758	(25.044)	113.714	114.923
Relacionamento com clientes	10	953	(802)	151	174
Acordo de não competição	7,5	10.284	(10.284)	-	-
Contratos de Serviços	20	11.994	(11.994)	-	-
Total		752.327	(356.986)	395.341	383.702

	Taxa anual de amortização - %	Consolidado			
		30/06/2018			31/12/2017
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software	6,66 - 20	1.184.874	(626.612)	558.262	521.638
Desenvolvimento de projetos	20	331.186	(148.399)	182.787	186.990
Relacionamento com clientes	4 - 20	607.433	(321.187)	286.246	271.566
Acordo de não competição	7,5 - 50	165.511	(132.273)	33.238	34.862
Contratos de serviços	8 - 20	33.093	(22.524)	10.569	11.240
Marcas	10	3.857	(3.857)	-	-
Direito de Exploração - Arranjo Ourocard	3,33	11.572.000	(1.285.778)	10.286.222	10.479.089
Total		13.897.954	(2.540.630)	11.357.324	11.505.385

Notas Explicativas

A movimentação do intangível nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017 é como segue:

	Controladora			
	31/12/2017	Adições	(Amortizações)	30/06/2018
Software	268.605	56.988	(44.117)	281.476
Desenvolvimento de projetos	114.923	182	(1.391)	113.714
Relacionamento com clientes	174	-	(23)	151
Total	383.702	57.170	(45.531)	395.341
	31/12/2016	Adições	(Amortizações)	30/06/2017
Total	261.431	58.527	(30.038)	289.920

	Consolidado					
	31/12/2017	Adições	(Baixas)	(Amortizações)	Varição cambial	30/06/2018
Software	521.638	75.823	(1.524)	(73.041)	35.366	558.262
Desenvolvimento de projetos	186.989	8.360	(14.943)	(10.356)	12.737	182.787
Relacionamento com clientes	271.566	-	-	(26.856)	41.536	286.246
Acordo de não competição	34.862	-	-	(7.277)	5.653	33.238
Contratos de serviços	11.241	-	-	(792)	120	10.569
Direito de Exploração - Arranjo Ourocard	10.479.089	-	-	(192.867)	-	10.286.222
Total	11.505.385	84.183	(16.467)	(311.189)	95.412	11.357.324
	31/12/2016	Adições	(Baixas)	(Amortizações)	Varição cambial	30/06/2017
Total	11.863.225	72.649	(58)	(288.368)	8.189	11.655.637

As despesas com depreciação de imobilizado e amortização do intangível foram registradas nas rubricas “Despesas gerais e administrativas” e “Custo dos serviços prestados” na demonstração do resultado.

As informações adicionais dessa nota explicativa não sofreram alterações em relação ao divulgado nas Demonstrações Financeiras da Sociedade em 31 de dezembro de 2017 e estão apresentadas nas notas explicativas nº 09 e 10 daquelas Demonstrações Financeiras.

11 Contas a pagar a clientes

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Contas a pagar a clientes (a)	50.039.724	57.377.277	50.039.724	57.377.277
Valores a liquidar a estabelecimentos comerciais (b)	-	-	602.837	305.425
Cauções de clientes (c)	-	-	122.465	113.834
Total	50.039.724	57.377.277	50.765.026	57.796.536

- (a) **Contas a pagar a clientes** – Em virtude do novo marco regulatório aplicável às instituições de pagamento integrantes do SPB e da concessão da autorização emitida pelo BACEN em abril de 2017, houve mudança no modelo de operação da Sociedade, no qual a Cielo assumiu condição de devedora do estabelecimento comercial, garantindo o pagamento da transação desde o momento da sua realização, e não mais de repassadora dos valores, passando a reconhecer a obrigação de pagar o valor de transações de compra de produtos e serviços realizadas com cartões de crédito e débito aos estabelecimentos comerciais credenciados pela Sociedade. O saldo do contas a pagar a estabelecimentos e de contas a pagar com partes relacionadas (transações a serem pagas aos FIDCs) é superior ao saldo ativo do contas a receber de emissores, dado que, de forma geral, o prazo de liquidação dos emissores de cartão de crédito para a Sociedade é de 28 dias e o prazo médio de liquidação da Sociedade com os estabelecimentos comerciais é de 30 dias (“float” de aproximadamente dois dias)
- (b) **Valores a liquidar a estabelecimentos comerciais** - Representados por valores devidos pela controlada Me-S a seus estabelecimentos comerciais, referentes à transações capturadas e processadas até as datas dos balanços. Tais valores são liquidados no dia útil seguinte à captura das transações.

Notas Explicativas

- (c) **Cauções de clientes** - A controlada Me-S requer depósitos como garantia de clientes para fazer frente a potenciais riscos de reclamação por parte dos portadores de cartões em decorrência de fraude na transação ou falência do estabelecimento comercial.

Adicionalmente à prestação de serviços de pagamento dos montantes transacionados nos cartões de crédito e débito para os estabelecimentos comerciais, a Sociedade também garante aos estabelecimentos comerciais afiliados ao sistema que eles receberão os recursos das transações de cartões de crédito. Com base no valor irrelevante de histórico de perdas da Sociedade em virtude de inadimplência dos emissores e atuais riscos de crédito dessas instituições, a Sociedade estima que o valor justo das garantias aos estabelecimentos comerciais não é relevante e, portanto, não é contabilizado como passivo.

12 Empréstimos e financiamentos

	Taxa de juros ao ano	Controladora		Consolidado	
		30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
FINAME	9,02%	-	170.278	-	170.278
Financiamentos de longo prazo - “ten years bonds”	3,75%	1.814.824	1.555.536	3.370.714	2.889.665
Debêntures privadas	100% à 111% do DI	3.415.225	3.429.567	3.415.225	3.429.566
Debêntures públicas	105,8% do DI	-	1.556.418	-	1.556.418
Financiamento de P&D	4,0%	145.332	156.647	145.332	156.647
Empréstimo em moeda estrangeira - “operação 4.131”	1,78% à 1,88%	1.223.967	1.042.778	1.223.967	1.042.779
Total		6.599.348	7.911.224	8.155.238	9.245.353
Circulante		1.332.025	2.827.084	1.332.732	2.827.719
Não circulante		5.267.323	5.084.140	6.822.506	6.417.634
Total		6.599.348	7.911.224	8.155.238	9.245.353

A Sociedade cumpriu o índice financeiro relacionado às cláusulas restritivas de seus empréstimos e financiamentos descritos acima.

A estrutura de endividamento, bem como as informações relacionadas aos empréstimos e financiamentos e suas respectivas cláusulas restritivas, exceto pela liquidação das Debêntures públicas e pela liquidação do FINAME, não sofreram alterações em relação ao divulgado na nota explicativa nº 13 - Empréstimos e Financiamentos nas Demonstrações Financeiras da Sociedade em 31 de dezembro de 2017.

“Hedge Accounting”

Em 30 de junho de 2018, a Cielo possui instrumentos financeiros designados como instrumento de “hedge” para proteção de possíveis oscilações decorrentes de variação cambial sobre investimentos no exterior, bem como em 31 de dezembro de 2017 também detinha instrumento para proteger oscilação da taxa de juros de saldos de empréstimos e financiamentos conforme nota explicativa 27 (f) e (g).

A mutação dos empréstimos e financiamentos para os semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017 é como segue:

Notas Explicativas

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	9.478.071	10.791.109
Novas captações	100.453	100.453
Pagamento de principal	(2.823.253)	(2.823.253)
Variação cambial (principal e juros)	14.749	10.424
Ajuste de marcação a mercado	4.531	4.532
Juros provisionados e encargos apropriados	406.638	431.432
Juros pagos	(258.617)	(258.617)
Saldo em 30 de junho de 2017	6.922.572	8.256.080
Saldo em 31 de dezembro de 2017	7.911.224	9.245.353
Pagamento de principal	(1.705.978)	(1.705.978)
Variação cambial (principal e juros)	431.721	649.739
Ajuste de marcação a mercado	7.610	7.610
Juros provisionados e encargos apropriados	213.027	241.405
Juros pagos	(258.256)	(282.891)
Saldo em 30 de junho de 2018	<u>6.599.348</u>	<u>8.155.238</u>

Composição de empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante

A composição do saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” classificado como não circulante em 30 de junho de 2018, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

Ano de vencimento	Controladora	Consolidado
2019	9.758	9.758
2020	22.556	22.556
2021	22.556	22.556
2022	1.834.782	3.396.381
2023	3.359.681	3.359.681
2024	22.556	22.556
Total de empréstimos e financiamentos	<u>5.271.889</u>	<u>6.833.488</u>
Apropriação de custos na emissão de dívidas	(4.566)	(10.982)
Total	<u>5.267.323</u>	<u>6.822.506</u>

13 Outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Passivo circulante:				
Provisão para despesas diversas	119.256	141.917	305.600	326.514
Provisão para férias e encargos	34.678	27.811	62.622	54.223
Participação dos colaboradores e diretores no lucro	29.130	73.129	43.530	104.824
Outros valores a pagar a fornecedores (a)	-	-	150.666	173.790
Total	<u>183.064</u>	<u>242.857</u>	<u>562.418</u>	<u>659.351</u>
Passivo não circulante:				
Outros valores a pagar	33.231	33.587	34.355	34.862
Total	<u>216.295</u>	<u>276.444</u>	<u>596.773</u>	<u>694.213</u>

- (a) Saldo substancialmente composto por gastos relacionados às controladas: (i) Cateno referente ao *embossing* e postagem de cartões e (ii) à Me-S no que tange ao processamento de transações e *fees* pagos a parceiros comerciais e bancos.

Notas Explicativas

14 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais

a. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas e outros assuntos.

A Administração, com base nas informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e na experiência anterior referente às quantias reivindicadas nas ações tributárias, cíveis e trabalhistas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados com as ações em curso nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, como segue:

	Controladora					30/06/2018
	31/12/2017	Adições (a)	Baixas/ reversões (b)	Atualização monetária	Pagamentos (c)	
Tributárias	1.578.387	7.606	-	409	-	1.586.402
Cíveis	53.675	11.386	(17.176)	2.345	(6.426)	43.804
Trabalhistas	92.923	9.491	(5.116)	786	(2.681)	95.403
Total	1.724.985	28.483	(22.292)	3.540	(9.107)	1.725.609
	31/12/2016	Adições (a)	Baixas/ reversões (b)	Atualização monetária	Pagamentos (c)	30/06/2017
Total	1.634.748	96.817	(10.031)	4.231	(6.954)	1.718.811
Consolidado						
	31/12/2017	Adições (a)	Baixas/ reversões (b)	Atualização monetária	Pagamentos (c)	30/06/2018
Tributárias	1.580.090	9.735	-	410	-	1.590.235
Cíveis	54.166	11.396	(17.667)	2.344	(6.426)	43.813
Trabalhistas	107.061	12.482	(5.579)	786	(2.816)	111.934
Total	1.741.317	33.613	(23.246)	3.540	(9.242)	1.745.982
	31/12/2016	Adições (a)	Baixas/ reversões (b)	Atualização monetária	Pagamentos (c)	30/06/2017
Total	1.659.419	98.389	(13.001)	4.267	(6.954)	1.742.120

- (a) Correspondem substancialmente ao complemento da provisão para riscos tributários, nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017, registrada em contrapartida às rubricas “Impostos sobre serviços” e “Outras despesas operacionais, líquidas”, e ao complemento das provisões para riscos cíveis e trabalhistas, representadas por novos processos e por mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuada pelos assessores jurídicos, que foram registradas em contrapartida à rubrica “Outras despesas operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.
- (b) Substancialmente representadas pela reversão de provisão para riscos cíveis e trabalhistas em virtude de prescrição, processos encerrados ou mudança na avaliação do risco de perda pelos assessores jurídicos da Sociedade e de suas controladas.
- (c) Em 30 de junho de 2018, a Sociedade e suas controladas, por acordos judiciais ou decisões desfavoráveis, efetivaram a liquidação de 877 ações cíveis e trabalhistas, no montante total de R\$ 9.107 e R\$ 9.242 na Controladora e no Consolidado, respectivamente.

Processos tributários

Os saldos a seguir correspondem à provisão para riscos tributários, decorrentes de divergência de interpretação em relação às autoridades fiscais e respectivos depósitos judiciais:

Notas Explicativas

Principais processos tributários	Provisão para Riscos Tributários Controladora		Provisão para Riscos Tributários Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Cofins - Regime não Cumulativo (a)	1.517.142	1.517.142	1.517.142	1.517.142
Fundo de Investimentos da Amazônia – FINAM (b)	17.398	17.398	17.398	17.398
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 2002 (c)	10.895	10.895	10.895	10.895
Saldo Negativo de IRPJ do Ano-calendário 2008 (d)	7.045	7.045	7.045	7.045
Outros	33.922	25.907	37.754	27.610
Total	1.586.402	1.578.387	1.590.234	1.580.090

Principais processos tributários	Depósito Judicial Controladora		Depósito Judicial Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Cofins - Regime não Cumulativo (a)	1.517.142	1.517.142	1.517.142	1.517.142
Fundo de Investimentos da Amazônia – FINAM (b)	-	-	-	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 2002 (c)	10.895	10.895	10.895	10.895
Saldo Negativo de IRPJ do Ano-calendário 2008 (d)	7.045	7.045	7.045	7.045
Outros	19.923	19.923	23.024	23.024
Total	1.555.005	1.555.005	1.558.106	1.558.106

- (a) **Cofins - Regime não Cumulativo** - a Sociedade, em fevereiro de 2004, impetrou mandado de segurança visando afastar a exigibilidade da Cofins nos moldes da Lei à alíquota de 7,6%, efetuando o depósito judicial dos valores apurados mensalmente e registrando a diferença entre os regimes cumulativo e não cumulativo como provisão para riscos. Em maio de 2017, após o julgamento do Recurso Extraordinário nº 570.122/RS – com repercussão geral reconhecida em relação à matéria suscitada e resultado desfavorável aos Contribuintes –, a Sociedade decidiu por cessar a realização dos depósitos em juízo, passando a recolher os tributos e se beneficiar da dedutibilidade a que alude o Decreto nº 3.000/99 e a Instrução Normativa nº 1.700/2017. O mandado de segurança, entretanto, permanece aguardando decisão em instância superior para solução definitiva da lide, em decorrência do acórdão ainda não publicado nos autos do Recurso Extraordinário. Em 30 de junho de 2018, o valor da provisão para riscos constituída e o valor do depósito judicial são ambos de R\$ 1.517.142, na controladora e no consolidado.
- (b) **Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM** - Em 2007, a Sociedade sofreu auto de infração referente ao ano-calendário 2002, exercício 2003. A Receita Federal do Brasil alega a não apresentação do Pedido de Revisão de Ordem de Emissão de Incentivos Fiscais - PERC nos prazos requeridos e, assim, não reconhece a parcela do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ destinada ao FINAM. O processo administrativo está aguardando julgamento do recurso voluntário da Sociedade pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. Em 30 de junho de 2018, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$ 17.398 na controladora e no consolidado.
- (c) **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 2002** - Em 2007, foi lavrado auto de infração contra a Sociedade para exigir a CSLL (cota de ajuste) relativamente ao ano-calendário 2002, acrescida da multa de ofício (75%) e dos juros de mora, bem como multa isolada (50%) sobre os valores das “estimativas” de CSLL que não teriam sido recolhidas. Após a manutenção do auto de infração na esfera administrativa, em julho de 2011, a Sociedade optou pela discussão judicial. O valor integral do crédito tributário está depositado judicialmente e está sendo contestado em autos de ação anulatória, distribuída em agosto de 2011. Em 1ª instância judicial, foi proferida sentença julgando improcedente a ação anulatória. Atualmente, o processo aguarda julgamento do recurso de apelação da empresa. Em 30 de junho de 2018, o valor da provisão para riscos constituída e o valor do depósito judicial são ambos de R\$ 10.895, na controladora e no consolidado.
- (d) **Saldo Negativo de IRPJ do Ano-calendário 2008** - Em 2009, a controladora compensou o saldo negativo de IRPJ do ano calendário de 2008 para débitos fiscais devidos em 2009 mediante apresentação de Declaração de Compensação (PER/DCOMP). Ao apreciar referida declaração de compensação em 2012, a Secretaria da Receita Federal do Brasil não homologou o crédito fiscal e, por consequência, emitiu o Despacho Decisório nº 022405395. Em janeiro de 2013, a controladora ajuizou Ação Ordinária Anulatória de Débito Fiscal, na Vara Cível da Subseção Judiciária de Osasco/SP, com a finalidade de demonstrar e provar o crédito de saldo negativo do ano-calendário de 2008. O valor integral do crédito tributário está depositado judicialmente. Em 30 de junho de 2018, o valor da provisão para riscos constituída e o valor do depósito judicial são ambos de R\$ 7.045, na controladora e no consolidado.

A Administração da Sociedade e de suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das provisões para riscos tributários ocorrerá em até 5 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Sociedade.

Processos cíveis

Referem-se substancialmente à cobrança de transações realizadas por meio do sistema da Sociedade que não foram repassadas aos estabelecimentos comerciais em virtude do descumprimento de cláusulas que compõem o contrato de credenciamento, adicionadas de indenizações pelos prejuízos causados pelas transações não repassadas à época. Em 30 de junho de 2018, a provisão para perdas prováveis em ações cíveis é de R\$ 43.803 na controladora e R\$ 43.813 no consolidado (R\$ 53.675 na controladora e R\$ 54.166 no consolidado em 31 de dezembro de 2017), e o saldo de depósito judicial em 30 de junho de 2018 é de R\$ 8.510 na

Notas Explicativas

controladora e R\$ 8.524 no consolidado (R\$ 8.460 na controladora e R\$ 8.491 no consolidado em 31 de dezembro de 2017).

A Administração da Sociedade e de suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das referidas provisões para riscos cíveis ocorrerá em até 5 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Sociedade.

Adicionalmente, em 30 de junho de 2018, existem ações civis públicas e inquéritos civis, geralmente movidos pelo Ministério Público ou por associações, cuja intenção é defender interesses coletivos (como direitos do consumidor e direitos trabalhistas). As decisões pronunciadas pela Justiça nesses casos podem conceder direito a grupos de pessoas (mesmo sem sua concordância). Em muitas situações, a definição do grupo em aproveitar uma eventual decisão favorável só é feita após a decisão final.

Processos trabalhistas

Referem-se às demandas trabalhistas que, em 30 de junho de 2018, incluíam 497 ações trabalhistas contra a Sociedade e 67 contra as controladas, totalizando 564 ações (490 ações trabalhistas contra a Sociedade e 63 contra as controladas, totalizando 553 ações em 31 de dezembro de 2017). Dentre essas ações em 30 de junho de 2018, 196 foram movidas por ex-empregados (179 em 31 de dezembro de 2017) e as 368 restantes (374 em 31 de dezembro de 2017) foram movidas por empregados de terceiros contratados, alguns dos quais pleiteando o reconhecimento de vínculo empregatício.

As ações trabalhistas, quando iniciadas, são consideradas como de probabilidade de perda possível. Via de regra, somente após decisão judicial de 1ª ou 2ª instâncias, as ações são reclassificadas como de probabilidade de perda provável ou remota, dependendo do teor da decisão e considerando o histórico de perdas em ações similares. Em geral, as ações trabalhistas são referentes a equiparação salarial, horas extras, reflexo do bônus anual, enquadramento sindical, reconhecimento de vínculo e dano moral.

Em 30 de junho de 2018, a provisão para perdas prováveis em ações trabalhistas é de R\$ 95.403 na controladora e R\$ 111.934 no consolidado (R\$ 92.923 na controladora e R\$ 107.061 no consolidado em 31 de dezembro de 2017), e o saldo de depósito judicial é de R\$ 52.910 na controladora e R\$ 62.069 no consolidado (R\$ 46.607 na controladora e R\$ 55.264 no consolidado em 31 de dezembro de 2017).

A Administração da Sociedade e de suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso de 72,69% de referidas provisões para riscos trabalhistas ocorrerá em até 5 anos, e 27,31% em até 10 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Sociedade.

Adicionalmente, em 30 de junho de 2018, a Sociedade e suas controladas possuem ações tributárias, cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de perdas avaliadas como possíveis por seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, como segue:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Tributárias	139.844	131.586	140.462	132.119
Cíveis	159.341	148.160	160.316	149.094
Trabalhistas	68.854	75.868	84.701	92.542
Total	368.039	355.614	385.479	373.755

b. Depósitos judiciais

Nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, a Sociedade e suas controladas mantêm depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, cujas movimentações estão assim demonstradas:

	Controladora			
	31/12/2017	Adições	Baixas	30/06/2018
Tributários	1.555.005	-	-	1.555.005
Cíveis	8.460	50	-	8.510
Trabalhistas	46.607	6.416	(113)	52.910
Total	1.610.072	6.466	(113)	1.616.425
	31/12/2016	Adições	Baixas	30/06/2017
Total	1.514.389	79.863	(2)	1.594.250

	Consolidado			
	31/12/2017	Adições	Baixas	30/06/2018
Tributários	1.558.106	-	-	1.558.106
Cíveis	8.491	50	(17)	8.524
Trabalhistas	55.264	6.918	(113)	62.069
Total	1.621.861	6.968	(130)	1.628.699
	31/12/2016	Adições	Baixas	30/06/2017
Total	1.522.612	81.808	(2)	1.604.418

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 30 de junho de 2018 é de R\$ 5.700.000 (R\$ 4.700.000 em 31 de dezembro de 2017) representado por 2.716.815.061 ações ordinárias todas subscritas e integralizadas.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, a quantidade de ações líquidas das ações em tesouraria em 30 de junho de 2018 é de 2.714.375.501 (2.714.173.216 ações em 31 de dezembro de 2017).

O capital social da Sociedade pode ser aumentado em até 2.400.000.000 de ações ordinárias adicionais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, órgão competente para fixar o preço de emissão, as demais condições e os prazos de subscrição e de integralização das ações no limite do capital autorizado.

b. Reserva de capital

Representa os custos com remuneração baseada em ações e os ágios nas subscrições de ações referentes às contribuições de capital por acionistas que ultrapassaram a importância destinada à formação do capital social.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2018 o saldo da reserva de capital é de R\$ 71.641 (R\$ 66.247 em 31 de dezembro de 2017).

c. Transações de capital entre sócios

Em julho de 2016, a Sociedade concluiu a aquisição adicional de 41,34% de participação na controlada Multidisplay, passando a ter 91,44% de participação, conforme a seguir:

Ativos líquidos adquiridos	17.849
Valor pago na data de fechamento	(92.309)
Valor a pagar Remuneração variável (“ <i>earn-out</i> ”)	(7.824)
Ágio em transações de capital entre sócios	<u>(82.284)</u>

Saldo remanescente registrado como “Outras obrigações” no passivo não circulante que será pago em até 43 meses a partir da data de fechamento, corrigidos pela variação de 100% do DI, condicionado ao cumprimento de determinadas metas de “performance”, pactuadas no Contrato de Compra e Venda de Ações.

d. Ações em tesouraria

Em 23 de fevereiro de 2018, o Conselho de Administração da Sociedade, em consonância com o artigo 8º, §3º da Instrução CVM nº 567/15, aprovou a aquisição de até 1.550.000 ações ordinárias, sem valor nominal, de sua própria emissão, a fim de atender ao exercício das opções e/ou ações a serem outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Sociedade (“Plano”), aprovado e aditado nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, e destinado a estatutários e não estatutários elegíveis conforme regras previstas no Plano, dentro do prazo de 365 dias contados de 22 de fevereiro de 2018 a 22 de fevereiro de 2019. Adicionalmente, essas aquisições de ações de emissão pela própria Sociedade estão limitadas ao saldo disponível na rubrica “Reserva de Capital” apurada durante o exercício social, observados os artigos 1º e 12 da Instrução CVM nº 10/80.

Cabe à Administração da Sociedade definir a oportunidade e a quantidade de ações a ser adquirida, dentro dos limites autorizados.

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	Controladora e Consolidado		Custo médio R\$ por ação
	Ações	Valor	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(2.641.845)	(53.925)	20,41
Venda em janeiro	270.721	5.526	20,41
Venda em fevereiro	57.346	1.171	20,41
Venda em março	306.475	6.256	20,41
Recompra em março	(490.000)	(11.758)	20,41
Venda em abril	6.002	126	21,12
Venda em junho	51.741	1.092	21,12
Saldo em 30 de junho de 2018	<u>(2.439.560)</u>	<u>(51.512)</u>	21,12

e. Resultados abrangentes

Representam os ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira dos investimentos no exterior e dos ganhos ou das perdas em instrumentos de “*hedge*” de investimentos no exterior, líquidos dos efeitos fiscais. Os saldos abaixo apresentam os ajustes acumulados nas datas dos balanços, como seguem:

Notas Explicativas

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017
Variação cambial sobre investimento no exterior	571.396	403.114
Resultado com instrumentos de “ <i>hedge</i> ” (“ <i>bonds</i> ”) sobre operações no exterior, líquido dos efeitos tributários	(553.583)	(383.655)
Resultado com instrumentos de “ <i>hedge</i> ” (“ <i>NDF</i> ”) sobre operações no exterior, líquido dos efeitos tributários	(10.645)	(10.645)
Total	7.168	8.814

f. Reserva de lucros - Legal

Está representada pelos montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento do período, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O lucro líquido para cálculo da reserva legal corresponde àquele apresentado de acordo com as regras contábeis do Banco Central, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.20. O saldo da reserva legal em 30 de junho de 2018 é de R\$ 974.822 (R\$ 892.740 em 31 de dezembro de 2017).

g. Reserva de lucros - orçamento de capital

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de fevereiro de 2018, foram apreciadas as Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 e a proposta de orçamento de capital para o exercício social vigente, que foram submetidas à aprovação na Assembleia Geral Ordinária realizada em 20 de abril de 2018. A constituição do orçamento de capital ficou composta pelo equivalente a 26,2% do lucro líquido do exercício de 2017, já deduzido da reserva legal. A proposta de orçamento de capital foi justificada pela necessidade de fortalecer o capital de giro e garantir maior robustez e estabilidade financeira à Sociedade, facilitando o financiamento das suas operações, bem como o investimento em cotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo para viabilizar o fomento das operações de aquisição de recebíveis de vendas (“ARV”), além de prover recursos para eventual recompra de ações de emissão da Sociedade.

O saldo da reserva de orçamento de capital em 30 de junho de 2018, após as destinações de resultado do primeiro semestre de 2018, é de R\$ 4.103.452 (R\$ 5.110.975 em 31 de dezembro de 2017).

h. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo obrigatório de 30% sobre os lucros auferidos (após a constituição da reserva legal) no encerramento de cada exercício.

Conforme mencionado na nota explicativa 2.4, a partir de abril de 2017, as Demonstrações Financeiras oficiais para fins estatutários correspondem àquelas apresentadas de acordo com as regras contábeis do Banco Central, as quais foram base para cálculos dos dividendos mínimos obrigatórios e para constituição da reserva legal.

O saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da AGO. A Sociedade registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito anteriormente. O Estatuto Social faculta à Sociedade o direito de levantar balanços semestrais ou em períodos menores e, respeitados os limites previstos em lei, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta de lucro

Notas Explicativas

apurada nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intercalares à conta de lucros existentes, com base no último balanço aprovado pelos Acionistas.

Em reuniões do Conselho de Administração da Sociedade realizadas em 13 de dezembro de 2017 e 01 de fevereiro de 2018, foi aprovada, “ad referendum” da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 20 de abril de 2018, a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, referentes aos resultados auferidos no 2º semestre de 2017, nos montantes de R\$ 318.200 (R\$ 270.470 líquido de IRRF) e R\$1.058.785, respectivamente, pagos em 29 de março de 2018, que somados aos proventos de R\$ 1.327.352 pagos em 29 de setembro de 2017, correspondem a 73,8% do lucro líquido societário (de acordo com as regras do Banco Central).

Os dividendos intercalares e os juros sobre o capital próprio, referentes ao 1º semestre de 2018, foram provisionados no montante de R\$ 482.398, representado pela soma dos montantes R\$ 216.773, registrados como dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 265.625, líquido do IRRF, respectivamente, cujo pagamento em 28 de setembro de 2018 foi aprovado nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 30 de julho de 2018 e 20 de junho de 2018, respectivamente.

O valor deliberado de dividendos excedente ao mínimo obrigatório foi destacado no montante de R\$ 1.220.727 e aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de julho de 2018.

i. Capital Regulatório

A Circular do Banco Central nº 3.681/13 determina que as Instituições de Pagamentos credenciadoras devem manter, permanentemente, patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado em valor correspondente a, no mínimo, 2% do valor médio mensal das transações de pagamento processadas pela instituição nos últimos doze meses.

Em 30 de junho de 2018, a Sociedade mantém o capital mínimo regulatório exigido.

16 Lucro líquido por ação

a. Movimentação do número de ações ordinárias

Ações emitidas	Ordinárias
Ações em 31 de dezembro de 2017	2.714.173.216
Exercício de opção de compra de ações:	
Janeiro	270.721
Fevereiro	57.346
Março	306.475
Recompra de ações - Março	(490.000)
Abril	6.002
Junho	51.741
Total	2.714.375.501

b. Lucro por ação

A seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Notas Explicativas

Lucro por ação básico

	Controladora e Consolidado			
	Período de três meses		Período de seis meses	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Lucro líquido do período disponível para as ações ordinárias	817.509	994.254	1.824.559	1.996.018
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	2.714.377	2.712.757	2.714.347	2.712.721
Lucro por ação (em R\$) - Básico	0,30118	0,36651	0,67219	0,73580

Lucro por ação diluído

	Controladora e Consolidado			
	Período de três meses		Período de seis meses	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Lucro líquido disponível para as ações ordinárias	817.509	994.254	1.824.559	1.996.018
Denominador diluído:				
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	2.714.377	2.712.757	2.714.347	2.712.721
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opção de ações	2.223	3.645	2.223	3.645
Total (em milhares)	2.716.600	2.716.402	2.716.570	2.716.366
Lucro por ação (em R\$) - diluído	0,30093	0,36602	0,67164	0,73481

17 Receita operacional líquida

	Controladora				Consolidado			
	Período de três meses		Período de seis meses		Período de três meses		Período de seis meses	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Receita operacional bruta	1.804.749	1.835.590	3.657.165	3.719.784	3.220.941	3.116.277	6.345.955	6.202.507
Impostos sobre serviços	(184.045)	(185.685)	(405.351)	(375.438)	(293.635)	(285.264)	(633.965)	(570.191)
Total	1.620.704	1.649.905	3.251.814	3.344.346	2.927.306	2.831.013	5.711.990	5.632.316

A receita operacional bruta é proveniente da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, da gestão de contas de pagamento relacionado ao Arranjo de Pagamento Ourocard, do aluguel de equipamentos de captura e da prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de crédito de telefonia fixa e celular.

18 Despesas por natureza

A Sociedade optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função.

O detalhamento dos custos dos serviços prestados e das despesas operacionais líquidas por natureza está apresentado a seguir:

Notas Explicativas

	Controladora				Consolidado			
	Período de três meses		Período de seis meses		Período de três meses		Período de seis meses	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Despesas com pessoal	108.730	108.724	212.208	231.836	201.935	188.331	386.131	388.629
Depreciações e amortizações	92.374	106.087	189.965	215.043	230.398	238.641	462.685	479.217
Serviços profissionais	92.552	116.323	160.023	206.545	110.390	127.380	190.372	225.365
Gastos com aquisição (a)	571.676	418.395	1.103.629	850.657	1.255.775	1.062.858	2.381.933	2.094.861
Vendas e marketing (b)	89.547	42.613	117.602	77.716	93.690	45.596	125.237	83.650
Custo com créditos de celulares em controlada (c)	-	-	-	-	138.503	113.267	254.224	225.247
Outras, líquidas de créditos de PIS e COFINS	(19.213)	18.134	(5.560)	27.742	(19.644)	13.162	(7.769)	16.464
Total	935.666	810.276	1.777.867	1.609.539	2.011.047	1.789.235	3.792.813	3.513.433
Classificadas como:								
Custo dos serviços prestados	633.445	534.590	1.248.110	1.089.271	1.568.359	1.396.127	3.002.687	2.763.755
Despesas com pessoal	65.922	65.903	126.984	146.059	142.371	133.428	268.588	273.130
Despesas gerais e administrativas	90.971	109.255	177.504	196.481	140.518	150.103	267.613	271.773
Vendas e marketing	89.547	42.613	117.602	77.716	93.689	45.596	125.237	83.650
Outras despesas operacionais, líquidas	55.781	57.915	107.667	100.012	66.110	63.981	128.690	121.125
Total	935.666	810.276	1.777.867	1.609.539	2.011.047	1.789.235	3.792.813	3.513.433

- (a) Os gastos com aquisição são substancialmente representados por despesa de logística e manutenção de equipamentos de captura de transações, suprimentos a estabelecimentos comerciais, credenciamento e atendimento a clientes, serviços de telecomunicações, de captura e de processamento de transações.
- (b) As despesas de vendas e marketing incluem campanhas de desenvolvimento da marca, propaganda e publicidade, endomarketing, incentivos de vendas a parceiros e bancos emissores e ações comerciais para novos credenciamentos de clientes.
- (c) Corresponde ao custo do produto vendido referente a crédito de minutos para celulares vendidos pela controlada direta Multidisplay.

19 Outras despesas operacionais, líquidas

Estão representadas por:

	Controladora				Consolidado			
	Período de três meses		Período de seis meses		Período de três meses		Período de seis meses	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Perdas com créditos incobráveis e fraude (a)	56.932	48.409	106.378	86.137	63.006	54.795	120.313	103.155
Provisão para risco e (reversão), líquida	7.316	12.997	6.371	20.689	8.507	10.932	8.260	19.481
Baixas/provisões e (reversões) para perdas do imobilizado	(1.529)	(607)	2.237	(3.084)	(1.529)	(516)	2.237	(2.933)
Outras	(6.938)	(2.884)	(7.319)	(3.730)	(3.874)	(1.230)	(2.122)	1.422
Total	55.781	57.915	107.667	100.012	66.110	63.981	128.688	121.125

- (a) Perdas com fraude estão relacionadas a perdas operacionais decorrentes de valores de vendas contestados pelos usuários dos cartões e que já foram liquidados aos estabelecimentos comerciais, representados por R\$ 4.031 em 30 de junho de 2018 (R\$ 21.191) em 30 de junho de 2017).

20 Compromissos

A Sociedade tem como principais atividades os serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e de débito das bandeiras. Para viabilizar tais atividades, a Sociedade celebrou os seguintes contratos:

a. Contratos de aluguel

Em 30 de junho de 2018, com base nos contratos vigentes, os pagamentos anuais futuros estimados de aluguel são os seguintes:

	Consolidado
Até 1 ano	16.555
De 1 ano a 5 anos	15.449
Acima de 5 anos	7.823
Total	39.827

A maioria dos contratos possui cláusula de multa rescisória, com caução de três aluguéis, podendo

Notas Explicativas

a devolução parcial ser negociada em cada caso.

b. Fornecedores de telecomunicações, tecnologia (processamento de transações), logística, central de atendimento e “back office”

Em 30 de junho de 2018, com base nos contratos vigentes, os compromissos mínimos assumidos de fornecedores de tecnologia, telecomunicações, logística, central de atendimento, “back office” e televidas são os seguintes:

	Consolidado
Até 1 ano	272.490
De 1 ano a 5 anos	301.339
Total	<u>573.829</u>

Os contratos de central de atendimento contém multas rescisórias no montante de R\$ 5.000 Os contratos de captura e processamento de transações assim como os contratos de telecomunicações e “back office” não preveem multa rescisória.

21 Benefícios a empregados

Benefícios pós-emprego

A Sociedade possui um passivo atual decorrente de benefício pós-emprego, referente às expectativas de pessoas com assistência médica, cujo montante provisionado em 30 de junho de 2018 é de R\$ 7.379 (R\$ 8.769 em 31 de dezembro de 2017).

Previdência Complementar

A Sociedade e a controlada Servinet contribuem mensalmente com o Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL (contribuição definida) para os colaboradores, tendo incorrido, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, em despesas de contribuições no montante de R\$ 2.950 (R\$4.731 no período de seis meses findo em 30 de Junho de 2017), contabilizadas nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas com pessoal”.

Outros benefícios

Além do benefício de previdência complementar, a Sociedade e suas controladas oferecem aos seus funcionários outros benefícios, dentre os quais: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, cujo montante dessas despesas, totalizou R\$32.862 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2018 (R\$32.411 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2017).

A Sociedade possui um Programa de Educação Corporativa que tem como objetivo alavancar a aprendizagem, assegurando o mapeamento e a disseminação dos conhecimentos chave, por meio de práticas e ações educacionais que estimulem a criação, aquisição, difusão, utilização e compartilhamento do conhecimento, com foco para resultados do negócio. Além disso, na Sociedade, há ações de desenvolvimento voltadas para todos os seus colaboradores como, por exemplo, desenvolvimento de liderança, e-learning, treinamentos contratuais, treinamentos sob demanda, educação continuada e idiomas. Os custos relacionados às ações descritas são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Notas Explicativas

22 Participação de colaboradores e administradores no lucro

A Sociedade e suas controladas concedem participação nos lucros a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício social.

Os valores de participação dos colaboradores e administradores no lucro nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e de 2017 foram registrados na rubrica “Despesas com pessoal” na demonstração do resultado e estão apresentados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Colaboradores	24.528	26.577	34.848	39.996
Diretores estatutários	4.603	5.120	5.678	5.292
Total	29.131	31.697	40.526	45.288

23 Remuneração de administradores e executivos

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração e os diretores estatutários. As despesas registradas no resultado dos períodos da Controladora são como seguem:

	Período de três meses			Período de seis meses		
	30/06/2018			30/06/2018		
	Fixa	Variável (*)	Total	Fixa	Variável (*)	Total
Diretores estatutários	2.117	2.917	5.034	4.955	5.256	10.211
Conselhos de administração	760	-	760	1.339	-	1.339
Total	2.877	2.917	5.794	6.294	5.256	11.550

	Período de três meses			Período de seis meses		
	30/06/2017			30/06/2017		
	Fixa	Variável (*)	Total	Fixa	Variável (*)	Total
Diretores estatutários	1.748	2.370	4.118	4.994	8.008	13.002
Conselhos de administração	543	-	543	1.118	-	1.118
Total	2.291	2.370	4.661	6.112	8.008	14.120

(*) Saldo corresponde à remuneração variável e verbas rescisórias de executivos, e não contempla o Plano de opções de compra de ações (conforme nota explicativa nº 24).

A remuneração global anual dos Administradores (Diretoria Executiva, Conselho de Administração) e Conselho Fiscal em 2018, fixada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 20 de abril de 2018, foi de R\$47.000 já contemplados os tributos e contribuições incidentes, na forma da legislação aplicável.

Notas Explicativas

24 Plano de opção de compra de ações e de ações restritas

Em 30 de junho de 2018, a posição dos planos de opção de compra de ações e ações restritas é a seguinte:

Data de outorga	Quantidade de ações									Preço de exercício (R\$ por ação)	Valor justo das opções (R\$ por ação)
	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	Bonificação					Saldo		
				2013	2014	2015	2016	2017			
Julho de 2012	986.475	(242.016)	(2.393.464)	188.945	1.047.455	254.514	107.483	59.828	9.220	10,73	4,42
Julho de 2013	1.049.141	(289.243)	(2.430.164)	-	989.734	370.317	263.000	122.584	75.369	12,52	5,83
Julho de 2014	1.560.456	(334.480)	(1.742.267)	-	-	303.607	311.729	214.442	313.487	18,87	8,70
Julho de 2015	557.354	(208.894)	(402.219)	-	-	-	105.050	86.862	138.153	-	28,83
Julho de 2016	650.947	(137.142)	(116.566)	-	-	-	-	101.984	499.223	-	27,43
Março de 2017	121.470	(20.773)	(41.668)	-	-	-	-	24.294	83.323	-	22,51
Julho de 2017	828.878	(118.532)	(25.116)	-	-	-	-	-	685.230	-	23,26
Março de 2018(*)	437.187	(18.507)	-	-	-	-	-	-	418.680	-	25,32
Total	6.191.908	(1.369.587)	(7.151.464)	188.945	2.037.189	928.438	787.262	609.994	2.222.685		

(*) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de fevereiro de 2018 foi deliberado e aprovado o plano Sócio Cielo 2018 "Restricted shares", outorgado em março deste ano.

Para determinar o valor justo das opções, entre os exercícios de 2011 e 2014, optou-se pelo modelo de Black & Scholes para a precificação das opções. As premissas utilizadas estão demonstradas no quadro abaixo:

	Outorga em		
	Julho 2012	Julho 2013	Julho 2014
"Dividend yield"	5,36%	3,71%	3,31%
Volatilidade do preço da ação	31,65%	30,06%	23,15%
Período esperado para o exercício	6 anos	6 anos	6 anos

A partir do exercício de 2015, a Sociedade optou pela utilização do modelo binomial para a precificação das opções.

O valor justo das opções e das ações está sendo apropriado ao resultado do exercício e a contrapartida na reserva de capital de forma linear pelos prazos de até 24 meses (para os planos Sócio Cielo) e de 36 meses (para os planos de opções de ações restritas).

No semestre findo em 30 de junho de 2018, foi reconhecida provisão de R\$ 11.592 líquido dos encargos (R\$14.363 em 30 de junho de 2017), tendo como contrapartida a rubrica "Despesas com pessoal". Desses montantes correspondem a parcela de diretores estatutários o montante de R\$ 3.982 líquido dos encargos (R\$ 7.027 em 30 de junho de 2017).

Foram exercidas 692.285 ações no valor de R\$ 6.198 no semestre findo em 30 de junho de 2018 (831.347 ações no valor de R\$ 13.142 no semestre findo em 30 de junho de 2017), sendo a movimentação de opção de ações outorgadas registrado na rubrica "Reserva de capital" no patrimônio líquido, em 30 de junho de 2018, o montante de R\$ 5.394 (R\$ 1.221 em 30 de junho de 2017).

Notas Explicativas

25 Resultado financeiro

	Controladora				Consolidado			
	Período de três meses		Período de seis meses		Período de três meses		Período de seis meses	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Receitas financeiras:								
Rendimentos de aplicações financeiras	26.703	54.011	87.844	127.922	77.857	88.910	181.092	202.600
Pis e Cofins (a)	(1.247)	(2.522)	(4.111)	(6.054)	(2.583)	(4.145)	(6.764)	(9.536)
Outras receitas financeiras	119	224	259	2.268	1.366	278	2.327	2.542
Total	25.575	51.713	83.992	124.136	76.640	85.043	176.655	195.606
Despesas financeiras:								
Juros de mora e multas	(19)	(21)	(61)	(51)	(87)	(25)	(137)	(64)
Multas e juros sobre provisões para riscos	(1.074)	(1.821)	(3.022)	(4.617)	(1.523)	(1.821)	(3.749)	(4.638)
Juros e encargos sobre empréstimos	(84.584)	(167.855)	(194.032)	(408.995)	(84.584)	(180.410)	(194.032)	(433.789)
Custo de Captação com terceiros	(9.772)	(38.247)	(20.677)	(82.042)	(9.772)	(38.247)	(20.677)	(82.042)
Participação de Terceiros – FIDC Plus	-	-	-	-	(31.969)	-	(64.540)	-
Outras despesas financeiras	(4.238)	(6.028)	(8.120)	(31.346)	(23.373)	(6.234)	(40.378)	(31.828)
Total	(99.687)	(213.972)	(225.912)	(527.051)	(151.308)	(226.737)	(323.513)	(552.361)
Aquisição de recebíveis:								
Aquisição de recebíveis (b)	405.938	601.405	870.901	1.249.331	424.069	601.940	909.000	1.250.579
PIS e COFINS (a)	(18.876)	(27.965)	(40.497)	(57.312)	(18.876)	(27.965)	(40.497)	(57.312)
Total	387.062	573.440	830.404	1.192.019	405.193	573.975	868.503	1.193.267
Variação cambial, líquida (c)	(7.312)	2.893	(9.046)	2.774	(7.319)	2.849	(9.030)	2.587
Total	305.638	414.074	679.438	791.878	323.206	435.130	712.615	839.099

- (a) Despesas de Pis e Cofins sobre receitas financeiras auferidas pelas empresas do Grupo, sujeitas ao regime de apuração não-cumulativo, sob às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, conforme disposições do Decreto nº 8.426/15, com vigência a partir de 1º de julho de 2015. As despesas incorridas no período foram agrupadas nos grupos de “Receitas Financeiras” e “Aquisição de Recebíveis”, na proporção de sua incidência, para melhor apresentação das rubricas contábeis.
- (b) Na Controladora, o saldo corresponde aos rendimentos do FIDC e do FIDC Plus. No consolidado, o saldo corresponde à aquisição de recebíveis líquida do ajuste *pro rata temporis* nos trimestres findos em 31 de março de 2018 e de 2017, composta pela receita oriunda do volume de recebíveis adquiridos de transações de crédito à vista e parcelado pelos FIDC e FIDC Plus, apropriada conforme a fluência do prazo das operações.
- (c) Decorre substancialmente da variação cambial referente ao empréstimo em dólares americanos, tomado junto ao Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. (vide nota explicativa nº 12) e à variação dos instrumentos financeiros contratados para proteger as referidas operações, conforme nota explicativa nº 26 (g), bem como a oscilação cambial sobre outros saldos de ativos e passivos em moeda estrangeira, representadas por:

	Controladora				Consolidado			
	Período de três meses		Período de seis meses		Período de três meses		Período de seis meses	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Variação cambial, líquida:								
Receitas	418.471	51.446	544.855	74.849	418.499	51.448	544.913	74.838
Despesas	(425.783)	(48.553)	(553.900)	(72.075)	(425.818)	(48.599)	(553.943)	(72.251)
Total	(7.312)	2.893	(9.045)	2.774	(7.319)	2.849	(9.030)	2.587

26 Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco.

Notas Explicativas

a. Gestão de risco de capital

O Grupo administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital do Grupo é formada pelo patrimônio líquido e pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos e aplicações financeiras).

A Cielo mantém patrimônio líquido mínimo, nos termos da regulamentação emitida pelo BACEN, correspondente a 2% da média mensal das transações de pagamento (vide nota explicativa nº 15.i). Não há requerimento de manutenção de patrimônio líquido mínimo para as demais empresas do Grupo.

A partir da concessão da autorização de funcionamento como Instituição de Pagamento pelo BACEN, em 27 de abril de 2017, a controladora Cielo passou a estar sujeita ao cumprimento de regras que abrangem, dentre outros, gestão de risco, níveis mínimos de patrimônio líquido e o cumprimento de requisitos semelhantes aos de uma instituição financeira.

O índice de endividamento no fim do período de relatório é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Dívida (i)	(6.599.348)	(7.911.224)	(8.155.238)	(9.245.353)
Instrumento financeiro derivativo (ii)	219.767	39.465	219.767	39.465
Caixa e equivalentes de caixa	1.672.487	3.909.521	4.439.172	6.024.197
Aplicações financeiras	-	-	-	-
Dívida líquida	(4.707.094)	(3.962.238)	(3.496.299)	(3.181.691)
Patrimônio líquido (iii)	11.944.014	11.701.352	15.604.395	15.360.945
Índice de endividamento líquido	39,41%	33,86%	22,41%	20,71%

(i) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, conforme nota explicativa 12.

(ii) Instrumento financeiro derivativo compreende a posição do contrato de "swap", mencionados na nota explicativa 26.

(iii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Sociedade, gerenciados como capital.

b. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros do Grupo são (i) caixa e equivalentes de caixa, (ii) contas a receber operacionais e de controladas e controladas em conjunto, (iii) instrumento financeiro derivativo ("Swap"), (iv) aplicações financeiras, (v) fundo de investimento em direitos creditórios, (iv) depósitos judiciais, (vii) contas a pagar a estabelecimentos, a controladas, controladas em conjunto, e por aquisição de controlada, fornecedores e (viii) empréstimos e financiamentos.

Em 30 de junho de 2018, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

Notas Explicativas

		30/06/2018			
		Controladora		Consolidado	
	Categoria	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	1.672.487	1.672.487	4.439.172	4.439.172
Contas a receber operacionais	Empréstimos e recebíveis	58.151.305	58.151.305	59.237.049	59.237.049
Contas a receber com partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	19.637	19.637	-	-
Fundo de investimento em direitos creditórios	Ativos financeiros disponíveis para venda	6.946.310	6.946.310	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)	Valor justo por meio do resultado	219.767	219.767	219.767	219.767
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	1.616.425	1.616.425	1.628.699	1.628.699
Fornecedores	Outros passivos financeiros	491.188	491.188	623.397	623.397
Contas a pagar a clientes	Outros passivos financeiros	50.039.724	50.039.724	50.765.026	50.765.026
Contas a pagar com partes relacionadas	Outros passivos financeiros	8.800.513	8.800.513	-	-
Empréstimos e financiamentos	Empréstimos e recebíveis	5.375.382	5.375.382	6.931.272	6.931.272
Empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio do resultado	1.221.262	1.223.966	1.221.262	1.223.966

O valor de mercado dos ativos e passivos financeiros e dos financiamentos de curto e longo prazos, quando aplicável, foi determinado utilizando-se taxas de juros correntes disponíveis para operações remanescentes, com condições e vencimentos similares.

A Sociedade aplica a IFRS 07 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos do Grupo em 30 de junho de 2018:

	Controladora			Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo:						
Caixa e equivalentes de caixa	15.155	1.657.332	-	15.163	4.424.009	-
Fundo de investimento em direitos creditórios	-	6.946.310	-	-	-	-
Outros (empréstimos e recebíveis)	-	59.787.367	-	-	60.865.748	-
Passivo:						
Empréstimos e financiamentos	1.814.824	4.784.524	-	3.370.714	4.784.523	-
Instrumentos financeiros derivativos (Swap)	-	219.767	-	-	219.767	-
Outros (outros passivos financeiros)	-	59.331.425	-	-	51.388.423	-

As metodologias utilizadas para a estimativa do valor justo estão definidas abaixo:

- **Caixa e equivalentes de caixa:** Para as operações compromissadas lastreadas em debêntures, o valor justo é calculado pela cotação atual disponibilizada em mercados organizados de bolsa. Para as aplicações em CDB e em fundos de investimentos, o valor justo é apurado a partir dos valores atualizados da taxa de juros de DI disponibilizada ao mercado através de órgãos oficiais (Cetip, BACEN, etc) e a partir dos valores atualizados das cotas divulgados no site da CVM, respectivamente.
- **Fundos de investimentos em direitos creditórios:** Sob condições normais, o valor da cota do fundo é um indicador adequado ao valor justo.
- **Empréstimos e recebíveis:** O valor justo foi calculado pelos recebimentos previstos

Notas Explicativas

de principal e juros até o vencimento com as taxas previstas em contrato.

- **Empréstimos e financiamentos:** Para os empréstimos, o valor justo foi calculado pelos pagamentos previstos de principal e juros até o vencimento, com as taxas previstas em contrato. Para os *ten years Bonds*, que estão classificados como nível 1, o valor justo é apurado considerando as cotações obtidas em instituições de mercado.
- **Instrumento financeiro derivativo:** Seus fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade, traçadas principalmente com base nos preços de troca de derivativos na B3, essas curvas de rentabilidade podem ser utilizadas para obter o valor justo dos “*swaps*”.

c. Risco de crédito

Na operação de aquisição da Cielo, seu risco primário se resume à possibilidade de inadimplência dos emissores de cartão, os quais têm a obrigação de efetuar o pagamento à Sociedade dos valores relativos às transações realizadas pelos portadores dos cartões por eles emitidos, para que a Cielo possa, então, efetuar o pagamento de tais valores aos estabelecimentos comerciais credenciados. Também há para a Sociedade um risco residual relativo a possível inadimplência dos portadores de cartão junto ao emissor em situação de “*default*”.

Tais riscos primário e residual podem ou não existir para a Cielo, dependendo do modelo de risco/garantia adotado pela Bandeira do cartão na sua operação junto aos emissores de cartão e aos credenciadores.

Cada bandeira possui o seu sistema de garantias próprio, os quais encontram-se discriminados em seus regulamentos. Tendo em vista a variação do modelo de garantias e do grau de risco imputados às credenciadoras, a Sociedade avalia e gerencia tais riscos conforme o modelo de cada bandeira, exigindo ou dispensando a apresentação de garantias dos emissores de cartão. Ressalta-se que nos termos da Circular BACEN nº 3.682, de novembro de 2013, as bandeiras (denominadas “Instituidora do Arranjo de Pagamentos” na regulamentação aplicável), submeteram seus respectivos regulamentos para apreciação do BACEN, os quais encontram-se sob análise. Dessa forma, o risco de crédito da Sociedade pode sofrer modificações, a depender do regulamento das bandeiras a ser oportunamente aprovado e divulgado.

Também há para a Sociedade risco de perdas com chargeback nas operações de aquisição de recebíveis (ARV) junto aos estabelecimentos comerciais credenciados, em especial aqueles que efetuam vendas diferidas (com entrega futura de bens e/ou serviços). Para mitigação desse risco, a Sociedade adota procedimentos de análise de risco e controle que impedem que o estabelecimento comercial possa antecipar a totalidade dos valores disponíveis em sua agenda financeira junto à Sociedade.

Em sua operação a Sociedade também tem risco com Subadquirentes afiliados, à medida que estes podem não repassar aos seus estabelecimentos afiliados os valores recebidos da Cielo referentes às transações de cartão. Tal risco é mitigado pelas disposições constantes do termo de adesão ao contrato de credenciamento ao sistema Cielo que prevê que os Subadquirentes assumem a responsabilidade de repassar os valores aos seus afiliados, isentando a Cielo de qualquer responsabilidade. A Sociedade também adota procedimento de análise de risco e controle que impedem que os Subadquirentes possam antecipar a totalidade dos valores disponíveis em sua agenda financeira junto à Sociedade. Ademais a Sociedade pode, conforme o caso, solicitar garantias como fiança bancária para a cobertura de seu risco.

Notas Explicativas

A Sociedade possui direitos sujeitos a risco de crédito junto às instituições financeiras registradas nas rubricas de caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos e contas a receber com bancos emissores que totalizam R\$ 66.770.102 na controladora e R\$ 63.676.221 no consolidado.

d. Risco de fraude

A Sociedade utiliza um sistema antifraude no monitoramento das transações efetuadas com cartões de crédito e de débito que aponta e identifica transações suspeitas de fraude no momento da autorização e envia um alerta ao banco emissor do cartão para que este contate o portador do cartão.

e. Operações com instrumentos financeiros derivativos

Política de uso de derivativos

Conforme política interna, o resultado financeiro da Sociedade deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio, e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteção de eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos aos quais está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo deve ter como contraparte um ativo ou passivo a descoberto.

O critério adotado para definição do valor de referência dos instrumentos financeiros derivativos está atrelado ao valor da dívida e/ou dos ativos denominados em moeda estrangeira.

f. “Hedge” de investimentos líquidos em operações no exterior (“*net investment hedge*”)

A Sociedade, após a captação dos recursos financeiros com a emissão dos “*bonds*” em novembro de 2012 e com base na Interpretação nº 16 do “*International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC*” (consubstanciada na norma *International Accounting Standard 39 - Financial Instruments: Recognition and Measurement – IAS 39*), optou por designar como “*hedge*” para o valor do investimento na Cielo USA em US\$311.981 mil a operação de “*ten years bonds*”, detido pela Sociedade em US\$470.000 mil para proteção do risco de variação da moeda estrangeira. O valor do instrumento financeiro designado, ou seja, a operação de “*ten years bonds*”, está acrescido do “*gross-up*” do imposto de renda e da contribuição social (alíquota de 34% conforme legislação fiscal vigente no Brasil) para fins de análise de efetividade do “*hedge accounting*”.

A contabilização dos efeitos do “*hedge*” de investimento líquido foi feita em conformidade com o disposto na norma IAS 39. Para tanto, a Sociedade efetuou a designação formal das operações documentando: (i) objetivo do “*hedge*”; (ii) tipo de “*hedge*”; (iii) natureza do risco a ser coberto; (iv) identificação do objeto de cobertura (“*hedge*” item); (v) identificação do instrumento de cobertura (“*hedging instrument*”); (vi) demonstração da correlação do “*hedge*” e o objeto de cobertura (teste de efetividade retrospectivo); e (vii) a demonstração prospectiva da efetividade.

A aplicação dos testes de efetividade descritos nas práticas contábeis demonstrou a efetividade do instrumento financeiro; dessa forma, nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e de 2017, não houve ineficiência reconhecida no resultado decorrente dos “*hedges*” de investimento líquido na Cielo USA; conseqüentemente, os ganhos ou as perdas dessas operações foram integralmente registrados no patrimônio líquido da Sociedade.

Notas Explicativas

g. “Hedge” de valor justo (“*fair value hedge*”)

A Sociedade, na ocasião da contratação de Instrumento Financeiro na modalidade de “swap”, com base na IAS 39 - *Financial Instruments: Recognition and Measurement*, designou-o como instrumento de “hedge” para a operação de empréstimo em dólares americanos no valor de US\$ 297.327 equivalente a R\$ 1.000.000, vencido e liquidado em 22 de junho de 2017. Em 01 de setembro de 2017 foi contraída uma nova dívida no valor de US\$ 316.255 equivalente a R\$ 1.000.000, com vencimento em 31 de agosto de 2018, para proteção de risco de variação da moeda estrangeira e da exposição à taxa de juros.

Em 30 de junho de 2018, a posição individual e consolidada dos contratos de “swap” é a seguinte:

	30/06/2018					31/12/2017	
	Valorização					Valor justo (mercado)	Valor justo (mercado)
	Vencimento da operação	Nocional R\$	Ponta Ativa	Ponta Passiva	Ajuste MTM	Valor a receber/ (pagar)	Valor a receber/ (pagar)
Swap taxa flutuante em US\$: 1,7150% a.a. - De 01/09/17 à 01/03/18 1,8150% a.a. - De 01/03/18 à 31/08/18 vs. taxa flutuante em R\$ (100,002% do DI)	31/08/2018	1.000.000	217.057	-	2.710	219.767	39.465

Os termos contratuais dos contratos de empréstimo, conforme nota explicativa 12, e dos “swaps” foram celebrados de tal forma que a comparação entre ponta ativa (contas a receber da Sociedade) do “swap” e o saldo de empréstimo (contas a pagar da Sociedade), ambos ajustados pelo valor justo, não apresente perdas ou ganhos decorrentes da variação cambial e taxa de juros contratada no objeto de “hedge”.

Assim, em 30 de junho de 2018 a Sociedade permanece exposta somente à ponta passiva do “swap”, que possui valor nocional em reais no montante de R\$ 1.000.000 remunerados à 100,2% da taxa média diária de juros do DI.

Para documentar a estratégia de designação adotada e a efetividade do instrumento derivativo a Sociedade utilizou o método de derivativo hipotético que é baseado em uma comparação da mudança no valor justo de um derivativo hipotético com prazos idênticos aos prazos críticos da obrigação de taxa variável, sendo que essa mudança no valor justo do derivativo hipotético é considerada uma representação do valor presente da mudança cumulativa no fluxo de caixa futuro esperado da obrigação protegida. Dessa forma, os ganhos e perdas do instrumento e do objeto de “hedge” são reconhecidos pelo valor justo no resultado no período em que ocorrem.

O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Sociedade consiste em calcular o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Em 30 de junho de 2018, as relações de “hedge” estabelecidas pela Sociedade encontravam-se eficazes, de acordo com testes prospectivos realizados. Portanto, nenhuma reversão por ineffectividade do “hedge accounting” foi registrada.

h. Risco de taxa de câmbio

O Grupo faz algumas transações em moeda estrangeira, substancialmente representada por transações realizadas por estrangeiros portadores de cartão de crédito em estabelecimentos localizados no Brasil. Adicionalmente, em 31 de agosto de 2012, a Sociedade adquiriu o controle da Me-S, por meio da “holding” Cielo USA, ambas localizadas nos Estados Unidos da América,

Notas Explicativas

cujas operações são realizadas em sua moeda funcional, o dólar norte-americano.

As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas pela Sociedade.

Em 30 de junho de 2018, a exposição ao risco da taxa de câmbio, líquida dos instrumentos financeiros de proteção, em milhares de dólares norte-americanos, é como segue:

	Controladora	Consolidado
Ativo:		
Caixa e equivalentes de caixa	400	154.823
Contas a receber operacionais	785	149.609
Outros ativos	-	6.136
Investimentos em moeda estrangeira	306.487	-
Imobilizado	-	5.671
Ativos intangíveis, incluindo ágio	-	631.744
Total	307.672	947.983
Passivo:		
Contas a pagar a estabelecimentos comerciais	(311.981)	(500.088)
Outros passivos	-	(17.897)
Empréstimos e financiamentos no exterior – Principal, Juros e encargos	(472.252)	(875.653)
Imposto de renda diferido	-	(37.769)
Efeito tributário sobre instrumento de “ <i>hedge</i> ” - “ <i>Bonds</i> ” designado como proteção do investimento líquido no exterior	159.800	159.800
Total	(624.433)	(1.271.607)
Posição comprada (vendida) de dólares norte-americanos	(316.761)	(323.624)

A Sociedade dispõe de operação de proteção contra oscilação de moedas, que consiste na pré-venda dos dólares norte-americanos, o que reduz significativamente eventuais riscos de exposição de oscilação da moeda.

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

O Grupo está exposto principalmente ao dólar norte-americano.

A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão no fim de cada período de relatório para uma mudança de 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui empréstimos com terceiros quando a denominação do empréstimo é realizada em moeda diferente da moeda do credor ou do devedor.

Em 30 de junho de 2018, estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio, haveria aumento ou redução no resultado e no patrimônio líquido, conforme segue:

	Controladora e Consolidado		
	Cenário provável 10%	Cenário possível 25%	Cenário remoto 50%
Resultado (i)	(427)	(1.067)	(2.135)
Patrimônio líquido (i)	1.338	3.346	6.692

(i) Refere-se principalmente à exposição dos saldos recebíveis e a pagar em dólares norte-americanos no fim de cada período de relatório.

Notas Explicativas

i. Risco de taxa de juros em aplicações financeiras

Os resultados da Sociedade estão suscetíveis a variações significativas decorrentes das operações de aplicações financeiras contratadas a taxas de juros flutuantes.

De acordo com suas políticas financeiras, a Sociedade vem aplicando seus recursos em instituições financeiras de primeira linha. A Sociedade opera com instrumentos financeiros dentro dos limites e alçadas estabelecidos pela Administração.

j. Risco de liquidez

O Grupo gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

k. Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - Aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras e os juros decorrentes dos empréstimos da Sociedade são principalmente afetados pelas variações na taxa DI (fonte: Cetip). Em 30 de junho de 2018, os saldos expostos à variação do DI são R\$ 1.657.332 na controladora e R\$ 3.856.711 no consolidado referente às aplicações financeiras e R\$ 4.639.191, na controladora e consolidado, decorrentes dos empréstimos e financiamentos. Estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de juros, haveria aumento ou redução das receitas ou despesas, conforme segue:

	Controladora			Consolidado		
	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
	10%	25%	50%	10%	25%	50%
Aplicações financeiras	8.399	20.998	41.996	17.666	44.164	88.328
Empréstimos e financiamentos	(22.591)	(56.478)	(112.956)	(32.351)	(80.878)	(161.757)

27 Transações e saldos com partes relacionadas

No curso habitual das atividades e em condições de mercado são mantidas pela Sociedade, suas controladas e coligada operações com partes relacionadas, tais como contas a receber dos bancos emissores (relacionadas às operações de aquisição de recebíveis), que fazem parte de conglomerados financeiros dos quais os acionistas controladores, Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A., detêm participação acionária, bem como despesas e receitas com serviços prestados pela Servinet, Orizon, Multidisplay, M4Produtos, Cateno, Braspag, Aliança, Stelo.

A Sociedade e suas controladas na realização de seus negócios e na contratação de serviços realizam cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Ainda, a natureza das atividades da Sociedade faz com que ela celebre contratos com diversos emissores, sendo alguns desses emissores seus acionistas diretos ou indiretos. A Sociedade e suas controladas acreditam que em todos os contratos firmados com suas partes relacionadas são observadas condições equânimes de mercado (“*arm’s-length basis*”).

As tabelas a seguir incluem os saldos patrimoniais em 30 de junho de 2018 e de 31 de dezembro de 2017, discriminados por modalidade de contrato, acionistas e controladas, das operações com partes relacionadas em que a Sociedade, suas controladas e coligada participam, bem como as

Notas Explicativas

movimentações relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 31 de dezembro de 2017:

Controladora								
30/06/2018						31/12/2017		
Controladores (i)	Controladas diretas (ii)	Controladas indiretas (iii)	Controladas em conjunto diretas (iv)	Fundos de investimentos (vi)	Total	Total		
Ativos (Passivos):								
Caixa e Equivalentes de Caixa (a)	90.927	-	-	-	90.927	254.146		
Contas a receber operacionais (b)	19.490.466	-	-	-	19.490.466	18.845.033		
Empréstimos e Financiamentos (c)	(3.415.074)	-	-	-	(3.415.074)	(3.429.567)		
Contas a receber com partes relacionadas	-	18.977	610	-	50	19.637	8.410	
Contas a pagar com partes relacionadas	-	(17.909)	(2.740)	-	(8.779.864)	(8.800.513)	(9.294.052)	
30/06/2018						2º trimestre/18	30/06/2017	
Receitas:								
Receitas de aplicações financeiras (a)	5.402	-	-	-	5.402	297	27.154	
Receitas de prestação de outros serviços (d)	29.235	6.746	871	-	450	37.302	32.396	
Receitas de aluguel de equipamentos de captura de transações (e)	39.032	-	-	-	39.032	19.802	-	
Despesas:								
Outras despesas operacionais - Comissão de afiliação	(3.231)	-	-	-	(3.231)	(1.546)	(1.550)	
Outras despesas operacionais (f)	(18.938)	(182)	(248)	-	(19.368)	(9.160)	(23.319)	
Contratos de prestação de serviços com a Servinet e Aliança (g)	-	(90.723)	-	-	(90.723)	(49.307)	(82.071)	
Prestação de serviços de processamento de dados (h)	-	(4.080)	-	-	(4.080)	(3.192)	-	
Despesas financeiras (c)	(116.535)	-	-	-	(116.535)	(57.514)	(208.295)	
Consolidado								
30/06/2018						31/12/2017		
Controladores (i)	Controladas diretas (ii)	Controladas indiretas (iii)	Controladas em conjunto diretas (iv)	Fundos de investimentos (vi)	Total	Total		
Ativos (Passivos):								
Caixa e Equivalentes de Caixa (a)	257.251	-	-	-	257.251	921.278		
Contas a receber operacionais (b)	19.490.466	-	-	-	19.490.466	18.845.033		
Empréstimos e Financiamentos (c)	(3.415.074)	-	-	-	(3.415.074)	(3.429.567)		
30/06/2018						2º trimestre/18	30/06/2017	
Receitas:								
Receitas de aplicações financeiras (a)	60.490	-	-	-	60.490	32.966	98.358	
Receitas de prestação de outros serviços (d)	29.235	-	-	-	29.235	14.321	29.329	
Receitas de aluguel de equipamentos de captura de transações (e)	39.032	-	-	-	39.032	19.802	-	
Despesas:								
Outras despesas operacionais - Comissão de afiliação	(3.231)	-	-	-	(3.231)	(1.546)	(1.550)	
Outras despesas operacionais (f)	(18.938)	-	-	-	(18.938)	(9.160)	(23.319)	
Despesas financeiras (c)	(116.535)	-	-	-	(116.535)	(57.514)	(208.295)	
Prestação de serviços de gestão de pagamentos (i)	(12.111)	-	-	-	(12.111)	(6.168)	(11.615)	

As partes relacionadas são compostas por: (i) Banco Bradesco e Banco do Brasil; (ii) Servinet, Multidisplay, Braspag, Cateno e Aliança; (iii) M4Produtos; (iv) Orizon e Paggo; (v) Stelo e (vi) FIC, FIDC e FIDC Plus.

- (a) Saldos correspondentes aos valores mantidos em conta corrente e aplicações financeiras, cujo prazos, encargos e taxas de remuneração, foram realizadas em condições semelhantes às que seriam aplicáveis a partes não relacionadas.

Notas Explicativas

- (b) Os valores a receber de bancos emissores referem-se aos montantes que devem ser liquidados pelos emissores à Sociedade decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito, os quais serão posteriormente pagos pela Sociedade aos estabelecimentos credenciados.
- (c) Corresponde aos saldos referentes à emissão de Debêntures Privadas (vide nota explicativa 12) mantida pela BB Elo Cartões, empresa do conglomerado Banco do Brasil.
- (d) Corresponde a serviços de prevenção a fraude e trava de domicílio bancário prestados pela Sociedade aos bancos acionistas, comissão sobre processamento de transações para as empresas M4Produtos, Multidisplay e Orizon, prestação de serviços financeiros, administrativos, compras, jurídico e serviços de RH para a empresa Braspag e aquisição de recebíveis da empresa Multidisplay e serviços de cobrança e liquidação para o FIDC e FIC. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com outros bancos emissores.
- (e) Corresponde a serviço de locação de equipamentos de captura de transações à Orizon.
- (f) Serviços contratados com bancos acionistas, referentes: (i) ao seguro de vida coletivo empresarial; (ii) aos seguros hospitalar e odontológico; e (iii) ao contrato de previdência privada. Serviços de desenvolvimento de solução de captura móvel para a empresa M4Produtos e serviços de pré-processamento de transações para a empresa Braspag. A Sociedade entende que as condições financeiras praticadas pelos acionistas, quanto a preços, prazos e demais condições, foram realizadas em condições semelhantes àquelas praticadas com terceiros.
- (g) Prestação de serviços pelas controladas Servinet e Aliança de prospecção de credenciamento e manutenção de contatos com estabelecimentos comerciais e estabelecimentos prestadores de serviços para aceitação de cartões de crédito e de débito, bem como outros meios de pagamento. A remuneração prevista pelos serviços prestados é estabelecida com base nos custos incorridos pela Servinet e Aliança quando da prestação dos referidos serviços, acrescidos de impostos e contribuições, bem como de margem de remuneração.
- (h) Refere-se a serviços de processamento de dados prestados pela M4Produtos e pela Braspag.
- (i) Prestação de serviços pelo Banco do Brasil à Cateno para atuar na condição de Instituição de Pagamento como gestora de contas de pagamento pós-pagas e de funcionalidades de compra via débito no Arranjo de Pagamento Ourocard, enquanto as atividades de Direitos Outorgados à Cateno não forem por ela exercidas.

A natureza, bem como as condições contratuais das transações realizadas com partes relacionadas não sofreram alterações em relação ao divulgado na nota explicativa nº 28 – Transações e saldos com partes relacionadas da Sociedade em 31 de dezembro de 2017.

28 Informações por segmento de negócio

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais (“*Chief Operating Decision-Maker - CODM*”).

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

A partir da constituição da Cateno, em fevereiro de 2015, cujas atividades operacionais se referem substancialmente à gestão de contas de pagamentos no âmbito do Arranjo de Pagamento Ourocard, que difere essencialmente do segmento supramencionado, o Grupo passou a deter dois tipos de negócios: (i) prestação de serviços relacionados à captura e ao processamento de transação com cartões de crédito e débito, outros meios de pagamentos, credenciamento de estabelecimentos comerciais e serviços correlatos e (ii) gestão de transações oriundas das operações de cartões de crédito e débito, dentre elas a emissão de cartões, gestão de contas de pagamento, apoio ao gerenciamento e controle da segurança das transações, o pagamento de tarifas às bandeiras e arranjos de pagamentos, e outros serviços correlatos à gestão de contas de pagamentos.

Notas Explicativas

	Período de três meses findo em 30 de junho de 2018			Período de três meses findo em 30 de junho de 2017		
	Captura e processamento de transações	Gestão de Contas de Pagamentos	Consolidado	Captura e processamento de transações	Gestão de Contas de Pagamentos	Consolidado
Mercado Interno	1.790.953	658.716	2.449.669	1.795.217	617.706	2.412.923
Mercado Externo	477.637	-	477.637	418.090	-	418.090
Receita operacional líquida	2.268.590	658.716	2.927.306	2.213.307	617.706	2.831.013
Custo dos serviços prestados	(1.053.945)	(298.434)	(1.352.379)	(875.504)	(299.976)	(1.175.480)
Depreciação e amortização	(119.546)	(96.434)	(215.980)	(124.213)	(96.434)	(220.647)
Lucro Bruto	1.095.099	263.848	1.358.947	1.213.590	221.296	1.434.886
Despesas operacionais	(400.158)	(27.540)	(427.698)	(353.022)	(22.938)	(375.960)
Depreciação e amortização	(14.298)	(120)	(14.418)	(17.927)	(66)	(17.993)
Lucro Operacional	680.643	236.188	916.831	842.641	198.292	1.040.933
Resultado financeiro	358.864	(35.658)	323.206	547.154	(112.024)	435.130
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	1.039.507	200.530	1.240.037	1.389.795	86.268	1.476.063
Imposto de renda e contribuição social	(301.742)	(67.953)	(369.695)	(406.171)	(29.400)	(435.571)
Lucro (prejuízo) líquido	737.765	132.577	870.342	983.624	56.868	1.040.492
Atribuído a:						
Acionistas controladores	736.940	80.569	817.509	982.926	11.329	994.254
Acionistas não controladores	825	52.008	52.833	698	45.539	46.238

	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2018			Período de seis meses findo em 30 de junho de 2017		
	Captura e processamento de transações	Gestão de Contas de Pagamentos	Consolidado	Captura e processamento de transações	Gestão de Contas de Pagamentos	Consolidado
Mercado Interno	3.567.930	1.279.405	4.847.335	3.619.033	1.216.176	4.835.209
Mercado Externo	864.655	-	864.655	797.107	-	797.107
Receita operacional líquida	4.432.585	1.279.405	5.711.990	4.416.140	1.216.176	5.632.316
Custo dos serviços prestados	(1.998.674)	(569.618)	(2.568.292)	(1.729.152)	(590.749)	(2.319.901)
Depreciação e amortização	(241.528)	(192.867)	(434.395)	(250.987)	(192.867)	(443.854)
Lucro Bruto	2.192.383	516.920	2.709.303	2.436.001	432.560	2.868.561
Despesas operacionais	(698.423)	(55.295)	(753.718)	(660.572)	(50.139)	(710.711)
Depreciação e amortização	(28.067)	(223)	(28.290)	(35.233)	(129)	(35.362)
Lucro Operacional	1.465.893	461.402	1.927.295	1.740.196	382.292	2.122.488
Resultado financeiro	808.805	(96.190)	712.615	1.132.402	(293.303)	839.099
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	2.274.698	365.212	2.639.910	2.872.598	88.989	2.961.587
Imposto de renda e contribuição social	(588.632)	(123.945)	(712.577)	(844.942)	(30.319)	(875.261)
Lucro (prejuízo) líquido	1.686.066	241.267	1.927.333	2.027.656	58.670	2.086.326
Atribuído a:						
Acionistas controladores	1.684.965	139.594	1.824.559	2.026.452	(30.433)	1.996.018
Acionistas não controladores	1.101	101.673	102.774	1.204	89.103	90.308

A seguir estão demonstrados os saldos patrimoniais por segmento em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

	Saldos patrimoniais em 30 de junho de 2018		
	Captura e processamento de transações	Gestão de Contas de Pagamentos	Consolidado
Total do Ativo	67.974.153	12.552.504	80.526.657

	Saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017		
	Captura e processamento de transações	Gestão de Contas de Pagamentos	Consolidado
Total do Ativo	75.778.470	12.568.712	88.347.182

Notas Explicativas

29 Itens que não afetam o caixa

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa da Sociedade foram incluídas no caixa líquido gerado nas atividades de financiamento e de investimento apenas as transações que efetivamente movimentaram o caixa da Sociedade. No quadro abaixo estão demonstradas todas as demais movimentações dos saldos de investimentos e financiamentos que não envolveram o uso de caixa e/ou equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Varição cambial sobre investimento líquido no exterior	168.281	13.947	-	13.947
Aumento de capital com utilização de reservas	1.000.000	1.200.000	1.000.000	1.200.000
Dividendos mínimos e juros sobre o capital próprio propostos	1.559.557	536.882	1.559.557	536.882
Dividendos mínimos e juros sobre o capital próprio a receber de controlada direta	18.297	24.582	-	-

30 Cobertura de seguros

Em 30 de junho de 2018, a Sociedade mantém os seguintes contratos para cobertura de seguros:

Modalidade	Importância segurada
Responsabilidade civil e executivos	270.000
Riscos nomeados (incêndio, vendaval e fumaça, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, roubo e alagamento e inundação)	231.332
Lucros cessantes	19.894
Armazenagem de equipamentos de captura de transações	230.000
Transporte de equipamentos de captura de transações	2.500.000

31 Aprovação das informações contábeis intermediárias

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 30 de julho de 2018.

32 Evento subsequente

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada no dia 30 de julho de 2018, com o objetivo de garantir a adequada remuneração dos acionistas da Sociedade de forma recorrente e sustentável, a nova Política de Proventos da Sociedade e também a distribuição de proventos (dividendos e juros sobre capital próprio) referente ao exercício de 2018, conforme segue:

- Nova Política de Proventos com a alteração da periodicidade de pagamentos, de semestral para trimestral;
- Declaração de juros sobre capital próprio e dividendos, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, no montante de R\$ 3.500.000 referente ao exercício de 2018. O pagamento de proventos ocorrerá conforme o seguinte cronograma: (i) R\$ 1.750.000 referente aos resultados apurados no primeiro semestre de 2018 a ser pago no dia 28 de setembro de 2018, já incluído o montante relativo ao pagamento de juros sobre capital próprio deliberado em 20 de junho de 2018, conforme aviso aos acionistas divulgado na mesma data; (ii) R\$ 875.000 relativos aos resultados do terceiro trimestre de 2018 (3T18) a ser pago no primeiro trimestre de 2019; e (iii) R\$ 875.000 referentes aos resultados do quarto trimestre de 2018 (4T18) a ser pago no início do segundo trimestre de 2019. Os proventos serão distribuídos aos acionistas nas proporções de suas participações no capital social da Sociedade, sendo que não farão jus as ações mantidas em tesouraria. Oportunamente, a Sociedade divulgará os respectivos avisos aos acionistas com maiores informações acerca dos pagamentos dos proventos.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos

Acionistas e ao Conselho de Administração da

Cielo S.A.

Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Cielo S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Sociedade. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que a demonstração do valor adicionado acima referida não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Osasco, 30 de julho de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP028567/O-1 F-SP

João Paulo Dal Poz Alouche

Contador CRC 1SP245785/O-2

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Os Srs. membros do Conselho Fiscal da Cielo S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições legais, tendo examinado as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas da Companhia, acompanhadas do Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais – ITR emitido pelos Auditores Independentes, sem ressalvas, referentes ao 2º trimestre de 2018, findo em 30 de junho de 2018 ("ITR 2º Tri"), por unanimidade, opinaram favoravelmente e sem ressalvas, concluindo que os documentos examinados refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia.

Barueri, 25 de julho de 2018.

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

1. Do Comitê de Auditoria, suas atribuições e responsabilidades

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Cielo S.A. ("Companhia") é um órgão estatutário de funcionamento permanente que visa assessorar o Conselho de Administração com independência em relação à Diretoria Executiva e demais profissionais da Companhia.

Nos termos da versão vigente do Regimento Interno do Comitê, aprovada em 19 de junho de 2013 ("Regimento Interno"), o Comitê é composto por 03 (três) membros, com mandato unificado de 2 (dois) anos e permitida a reeleição, sendo 1 (um) de seus membros o coordenador do Comitê e Conselheiro Independente do Conselho de Administração da Companhia. Os membros pertencentes ao quadro atual do Comitê foram eleitos pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 23 de maio de 2018, com mandato até a primeira reunião a ser realizada pelo Conselho de Administração imediatamente após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada para a aprovação do resultado do exercício social de 2020.

De acordo com o estabelecido no parágrafo 1º do artigo 27 do Estatuto Social da Companhia, compete ao Comitê: (a) zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras da Companhia, individuais e consolidadas; (b) zelar pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (c) zelar pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria independente e da auditoria interna; (d) discutir, recomendar e acompanhar a execução dos planos anuais de auditoria e apreciar os relatórios finais; (e) zelar pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos do conglomerado.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações prestadas pela Administração, auditoria interna, auditores independentes, responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos da Companhia, bem como nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

O Comitê reúne-se, no mínimo, trimestralmente em sessões ordinárias. No 1º semestre do exercício social de 2018, o Comitê realizou 05 sessões ordinárias e 03 sessões extraordinárias, reunindo-se com a área de controles internos, auditoria interna, auditores independentes, além de diretores e executivos de outras áreas da Companhia.

A cada reunião do Conselho de Administração da Companhia são relatadas as principais atividades desenvolvidas pelo Comitê no respectivo mês e, semestralmente, é feita uma abrangente apresentação ao Conselho de Administração sobre os principais temas e programas de trabalho tratados pelo Comitê.

Dentre as atividades realizadas durante o 1º semestre deste exercício social, cabe destacar as seguintes: (a) a contratação de auditoria independente; (b) o acompanhamento do contingenciamento e provisões judiciais da Companhia; (c) o acompanhamento periódico de ofícios de órgãos reguladores recebidos pela Companhia; (d) o acompanhamento da elaboração e da execução do plano anual de auditoria interna para a Companhia e suas controladas; (e) o acompanhamento dos trabalhos de controles internos, da gestão de riscos e do monitoramento de fraudes, com base nas manifestações e reuniões com os auditores internos e independentes; (f) o acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras trimestrais e semestrais, individuais e consolidadas; (g) o acompanhamento dos resultados dos trabalhos realizados pela auditoria independente, bem como das recomendações de melhoria/aprimoramento dos controles internos; (h) o acompanhamento do canal de denúncias; (i) o acompanhamento da implementação das ações necessárias decorrentes dos resultados do diagnóstico de aderência da Companhia quanto à nova regulação do setor de meios de pagamento; (j) a avaliação semestral acerca dos indicadores de Ouvidoria; (h) acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras de acordo com os critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

2. Demonstrações Financeiras Semestrais referentes ao 1º Semestre de 2018

Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê, realizaram o exame e análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do Relatório da Administração, relativos ao período findo em 30 de junho de 2018 ("Demonstrações Financeiras Semestrais do 1ºS 2018").

Tendo em vista as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela KPMG Auditores Independentes, bem como as atividades desempenhadas e acompanhadas pelo Comitê durante o 1º semestre do exercício social de 2018, os membros do Comitê opinam, por unanimidade, que as Demonstrações Financeiras Semestrais do 1ºS 2018 refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas e recomendam a aprovação das Demonstrações Financeiras Semestrais do 1ºS 2018 pelo Conselho de Administração da Companhia.

São Paulo, 20 de julho de 2018.

Gilberto Mifano

Coordenador do Comitê de Auditoria

Alexander Alves Pires

Membro do Comitê de Auditoria

José Antonio Teixeira

Membro do Comitê de Auditoria

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concordou com as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas da Companhia referentes ao 2º trimestre de 2018 - findo em 30 de junho de 2018 ("ITR 2º Tri").

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais – ITR, sem ressalvas, referente ao 2º trimestre de 2018 - findo em 30 de junho de 2018 (“ITR 2º Tri”), emitido pela KPMG Auditores Independentes.